

No. 40159

**United Nations (United Nations Children's Fund)
and
Brazil**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations Children's Fund for the implementation of projects and cooperation activities under the 2002-2006 master plan of operations of the United Nations Children's Fund for Brazil, supplementary to the Agreement of 28 March 1966 between the Government of the United States of Brazil and the United Nations Children's Fund (with plan). Brasília, 17 March 2004

Entry into force: *25 March 2004, in accordance with article 9*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *ex officio, 23 April 2004*

**Organisation des Nations Unies (Fonds des Nations Unies
pour l'enfance)
et
Brésil**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Fonds des Nations Unies pour l'enfance relatif à la mise en oeuvre de projets et d'activités de coopération dans le cadre du plan directeur 2002-2006 du Fonds des Nations Unies pour l'enfance au Brésil, complémentaire à l'Accord du 28 mars 1966 entre le Gouvernement des Etats-Unis du Brésil et le Fonds des Nations Unies pour l'enfance (avec plan). Brasília, 17 mars 2004

Entrée en vigueur : *25 mars 2004, conformément à l'article 9*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *d'office, 23 avril 2004*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
INFÂNCIA AO ACORDO ENTRE O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO
BRASIL E O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, DE 28
DE MARÇO DE 1966, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E
ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO NO MARCO DO PLANO DE
OPERAÇÕES 2002-2006 DO UNICEF PARA O BRASIL.

O Governo da República Federativa do Brasil
(doravante denominado "o Governo"),

e

O Fundo das Nações Unidas para a Infância
(doravante denominado "o UNICEF"),

conjuntamente denominados "as Partes",

Considerando que as relações de cooperação entre as Partes Contratantes baseiam-se no Acordo entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, de 28/03/66, promulgado pelo Decreto n.º 62.125, de 06/01/68.

Desejosos de dar continuidade à sua parceria para melhorar a situação das crianças e mulheres no Brasil, por meio do reforço da cooperação em apoio à realização dos direitos expressos na Convenção sobre os Direitos da Criança para todas as crianças brasileiras;

Considerando que é conveniente estimular a cooperação entre as Partes Contratantes na área citada.

Ajustam o seguinte:

TÍTULO I
Do Objeto

ARTIGO 1º

O presente Ajuste Complementar estabelece o marco para a implementação, no Brasil, do Plano de Operações 2002-2006 do Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Parágrafo Primeiro. O Plano de Operações 2002-2006 tem como objetivo principal desenvolver estratégias para avançar na implementação dos princípios e propósitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Parágrafo Segundo. O Plano de Operações 2002-2006 contempla cinco Sub-Programas:

1. “Desenvolvimento Infantil”;
2. “Educação para a Inclusão”;
3. “Cidadania dos Adolescentes”;
4. “Sistema de Garantia de Direitos e Proteção” e
5. “Monitoramento e Comunicação pelos Direitos”.

Parágrafo Terceiro. Os principais resultados esperados pela implementação do Plano de Operações 2002-2006 são:

- 1) melhorar a sobrevivência, o desenvolvimento, a participação e a proteção das crianças, desde a gestação até os seis anos, principalmente pela e em cooperação com suas famílias, com o apoio das creches e/ou outros tipos de atividades de educação infantil e a pré-escola de qualidade;
- 2) melhorar o acesso e a qualidade do ensino fundamental das crianças de 7 a 14 anos e a eliminação de práticas exclusionárias nas escolas, promovendo a saúde integral e as oportunidades de participação, informação, cultura, esporte e lazer na escola e em outros espaços de aprendizagem, apoiando a participação das famílias e comunidades das crianças em sua educação pelo fortalecimento dos conselhos escolares e planos escolares e projetos pedagógicos que se concentrem na inclusão de todas as crianças em ambientes de aprendizagem de qualidade;

- 3) melhorar o acesso e a qualidade do ensino médio, da saúde integral e as oportunidades de participação, profissionalização, cultura, esporte e lazer para adolescentes; e
- 4) garantir o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos e o desenvolvimento de políticas de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, assegurando-lhes inclusão em políticas básicas universais sem discriminação, com atendimento especializado e acesso à justiça.
- 5) mobilizar a sociedade civil e os governos para defesa e promoção dos direitos das crianças e monitorar a situação das crianças e adolescentes em todas as regiões do Brasil, indicando e divulgando as áreas onde há maior incidência de violações de direitos e trabalhando com os meios de comunicação para aumentar e melhorar a cobertura dos temas ligados à infância e adolescência.

TÍTULO II Da Execução

ARTIGO 2º

O Governo designa a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (daqui por diante denominada "ABC/MRE"), como órgão responsável pelo acompanhamento das ações implementadas ao amparo deste Ajuste Complementar.

ARTIGO 3º

O UNICEF designa sua Representação no Brasil como responsável pelo gerenciamento do Plano de Operações 2002-2006.

ARTIGO 4º

Os projetos e atividades identificados para execução no âmbito do Plano de Operações 2002-2006 serão aprovados por meio de Termos de Cooperação firmados entre o UNICEF e as instituições beneficiárias nacionais.

Parágrafo Primeiro. Nos Termos de Cooperação serão definidos o objeto do projeto, os resultados esperados, a instituição beneficiária nacional, a sua vigência, a contribuição financeira do UNICEF, a contrapartida da instituição beneficiária e eventuais fontes adicionais de financiamento.

Parágrafo Segundo. Os beneficiários mencionados no Parágrafo Primeiro deste Artigo poderão designar, de comum acordo com o UNICEF, agências implementadoras para um ou mais componentes do projeto.

Parágrafo Terceiro. O Governo e o UNICEF estabelecerão procedimentos de comum acordo para a aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos a serem executados no âmbito dos Sub-Programas contemplados no Plano de Operações 2002-2006.

T Í T U L O III Das Obrigações

ARTIGO 5º

Caberá ao UNICEF:

- a) apoiar as atividades detalhadas no Plano de Operações 2002-2006 com recursos do seu Fundo Regular no montante de aproximadamente US\$ 3.750.000, sujeito à disponibilidade de fundos;
- b) buscar fundos adicionais em apoio à implementação dos programas especificados no Plano de Operações, doravante descritos como "Outros Fundos", numa quantia equivalente a até US\$ 86.250.000. A disponibilidade desses fundos estará sujeita ao conhecimento e ao interesse dos doadores nos projetos propostos. Para esse fim, o UNICEF se encarregará de obter o apoio da comunidade de doadores no âmbito local e internacional;
- c) prover apoio técnico e/ou financeiro a fundo perdido, suprimentos e equipamento, transporte, fundos para atividades de promoção, pesquisas e estudos, consultorias, desenvolvimento de programas, monitoramento e avaliação, atividades de capacitação e equipe de apoio para a implementação dos projetos identificados no âmbito do Plano de Operações. Parte do apoio do UNICEF poderá ser dada a Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil, conforme acordado na estrutura dos programas individuais;
- d) apontar os oficiais de projeto e consultores para o desenvolvimento e administração do programa, bem como para atividades de monitoramento e avaliação;

- e) manter estreito contato com as instituições beneficiárias nacionais no tocante à administração física e financeira dos projetos.

ARTIGO 6º

Caberá ao Governo:

- a) aplicar ao UNICEF, a seus bens, fundo e haveres, bem como a seus funcionários, inclusive peritos de assistência técnica, a “Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas” e o “Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas agências especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica”;
- b) acompanhar e avaliar, sob o aspecto técnico, por intermédio da ABC/MRE, as ações visadas no Plano de Operações 2002-2006;
- c) facilitar a participação de entidades doadoras de recursos ao UNICEF, de agências das Nações Unidas, de membros da Junta Executiva do UNICEF, de organizações não-governamentais ou da sociedade civil, na realização das revisões periódicas de programa e nas reuniões de planejamento, incluindo revisões anuais, reuniões anuais de planejamento e a Revisão de Meio-Termo, da forma que for mais apropriada.

ARTIGO 7º

Caberá às instituições beneficiárias nacionais:

- a) indicar, nos respectivos Termos de Cooperação e documentos dos projetos, os insumos de contrapartida necessários para a implementação da cooperação, seja em termos de pessoal, bens, instalações e suprimentos;
- b) designar os nomes, títulos e detalhes contábeis dos beneficiados autorizados a receber e movimentar os recursos transferidos pelo UNICEF aos projetos de cooperação;

- c) aplicar os recursos do UNICEF de acordo com a legislação nacional, no que couber, bem como as normas e procedimentos do UNICEF, vinculando a sua utilização aos orçamentos previamente aprovados;
- d) apresentar ao UNICEF relatórios contábeis e técnicos decorridos três meses do recebimento dos recursos;
- e) devolver ao UNICEF os recursos não utilizados ou que não possam ser utilizados de acordo com o projeto tal como originalmente concebido;
- f) estipular o financiamento de viagens, salários e honorários, desde que estas não sejam mais altas do que as aplicadas pelo sistema das Nações Unidas;
- g) colaborar com as equipes do UNICEF na realização de visitas periódicas aos sítios de execução dos projetos e na observação de suas atividades, com o propósito de coletar informações necessárias ao seu respectivo acompanhamento e avaliação.

T Í T U L O IV Da Modificação

ARTIGO 8º

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado por assentimento de ambas as Partes, mediante notificação por escrito.

T Í T U L O V Da Vigência e da Denúncia

ARTIGO 9º

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua publicação pelo Governo e terá duração até 31 de dezembro de 2006, a não ser que uma das Partes manifeste, por escrito, sua decisão de denunciá-lo. Nesse caso, a denúncia terá efeito no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de recebimento da notificação pela outra Parte.

TÍTULO VI
Solução de Controvérsias

ARTIGO 10

Quaisquer controvérsias que surjam por motivos da aplicação ou interpretação deste Ajuste Complementar resolver-se-ão mediante negociação direta entre as Partes. Caso não seja alcançada uma solução satisfatória para ambas, estas submeterão suas diferenças a procedimento arbitral que convenham em comum acordo. A decisão deste tribunal será final e obrigatória.

Feito em Brasília, em 17 de março de 2004, em dois exemplares originais, no idioma português.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO FUNDO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A INFÂNCIA
(UNICEF)

BRASIL

PLANO DE OPERAÇÕES
("MASTER PLAN OF OPERATIONS")
2002 – 2006

“Fazer Valer os Direitos”

P R E Â M B U L O

O Governo Brasileiro e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF negociaram e aprovaram o presente Plano de Operações, desejosos de dar continuidade à sua parceria para melhorar a situação das crianças e mulheres no Brasil, por meio do reforço da cooperação em apoio à realização dos direitos expressos na Convenção sobre os Direitos da Criança para todas as crianças brasileiras. O Plano de Operações terá vigência no período de 1º de Janeiro de 2002 até 31 de dezembro de 2006, e sua implementação observará as responsabilidades mutuamente definidas pelo Governo e UNICEF nos instrumentos de cooperação que balizam as atividades do referido organismo internacional no país.

ITEM 1: As bases do relacionamento.

As atividades do UNICEF no Brasil são desenvolvidas ao amparo do Acordo entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, de 28/03/66, promulgado pelo Decreto nº 62.125, de 06/01/68. O presente Plano de Operações (Master Plan of Operations) para o período de 2002 a 2006 deve ser interpretado e implementado em conformidade com esse Acordo. Os programas, projetos e atividades descritos a seguir foram aprovados de comum acordo pelo Governo e UNICEF.

ITEM 2: A Situação das Crianças e das Mulheres no Brasil.

2.1 - Antecedentes da elaboração do Plano de Operações

2. A preparação do presente Plano de Operações ("Master Plan of Operations") teve como base uma análise de situação realizada em três fases, sequenciais e estreitamente interligadas, que culminaram com esse plano de cinco anos. Na primeira fase, realizou-se uma análise estratégica das mudanças em curso no país – na economia, política, no processo de descentralização, globalização – e das oportunidades para o novo ciclo de cooperação. Em seguida, e seguindo a abordagem do ciclo de vida, a realização dos direitos das crianças e adolescentes,

incluindo as principais violações de direitos que ocorrem, juntamente com a identificação das suas causas e conseqüências. Essa análise foi concluída em reunião que contou com a participação dos oficiais do UNICEF, representantes das agências das Nações Unidas, de instituições governamentais e não-governamentais e especialistas das diferentes áreas analisadas. Num terceiro momento foram definidos os programas e projetos da nova estrutura programática, com consultas a contrapartes governamentais e não-governamentais relevantes, e preparada a versão preliminar deste Plano de Operações.

3. O exercício de planejamento intitulado Common Country Assessment (CCA) começou a ser elaborado, sob coordenação do PNUD, no primeiro trimestre de 2000. A versão preliminar do CCA só ficou disponível em dezembro de 2000, impedindo a incorporação de seus resultados na análise de situação realizada pelo UNICEF. O United Nations Development Framework (UNDAF) – que apresenta a estratégia de ação do Sistema ONU no país - à época encontrava-se em fase de elaboração, não tendo sido considerado, portanto, para a elaboração do marco estratégico para o novo Programa de Cooperação.

2.2 - Contexto socioeconômico do Brasil

4. O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, com uma área que cobre quase metade da América do Sul. É grande a diversidade étnica de seus 169,6 milhões de habitantes, dos quais 60 milhões são crianças e adolescentes menores de 18 anos segundo dados de 2000. A economia brasileira é a maior da América Latina e a nona maior do mundo. A estabilidade econômica, a democracia e os avanços tecnológicos da década passada servem de base para o estabelecimento de mudanças estruturais nas causas da pobreza. Em nome do ajuste macroeconômico, a maior fatia do gasto público foi destinada à redução das dívidas interna e externa. Apesar de uma renda anual per capita de US\$4,420 em 2001, as disparidades socioeconômicas são grandes, e 20 milhões de crianças estão entre as 54 milhões de pessoas que vivem na pobreza. Em geral, os pobres são negros, pardos ou indígenas, que vivem marginalizados nas favelas ou nas periferias dos centros urbanos, ou como sem-terras e posseiros nas áreas rurais.

5. Em 1988, uma nova Constituição deu “absoluta prioridade às crianças” e lançou as bases para uma maior descentralização e autonomia local, especialmente aos 5.507 municípios da federação, composta por 26 estados e o Distrito Federal. Em seguida o Brasil aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, inspirado pela Convenção sobre os Direitos da Criança.

6. Durante a década de 90, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) caiu em 38,8%, chegando a 29,6 por mil nascidos vivos; a cobertura vacinal superou os 90% em todo o território nacional; e 95% das crianças de 7 a 14 anos de idade foram matriculadas na escola em 1998, o que representa um aumento de 10,47% na

Taxa de Escolarização Líquida desde 1991. O número de crianças entre 5 e 14 anos trabalhando sofreu uma redução de 25% entre 1992 e 1999, caindo para 2,9 milhões. O rápido progresso, juntamente com a redução nos números de crianças trabalhadoras no país sugerem que o trabalho infantil pode ser erradicado no Brasil num futuro próximo.

7. As condições econômicas e sociais alcançadas nas últimas décadas no Brasil formam as bases para transformar as condições de vida dos segmentos excluídos da população, acima mencionados, incluindo-os como cidadãos plenamente participativos na sociedade brasileira. O desafio adiante é a identificação dos que ainda precisam ser incluídos, a concentração de esforços e recursos para seu empoderamento e a concessão do apoio que necessitam.

8. Apesar de políticas e serviços destinados a fornecer um bom início de vida às crianças, cerca de 50.000 bebês nascidos no Brasil morrem, a cada ano, no seu primeiro mês de vida. Um terço dos 2,9 milhões de crianças nascidas a cada ano não são registradas, apesar das campanhas públicas e da lei de gratuidade do registro de nascimento; este número supera a marca dos 50% nas regiões Norte e Nordeste, as mais pobres e marginalizadas do país. De acordo com dados oficiais de 1999, menos de 9% das crianças menores de 3 anos de idade beneficiam-se de programas de desenvolvimento infantil. Das crianças entre os quatro e seis anos de idade, somente 57,9% estão matriculadas em pré-escolas.

9. Nos anos 90 a matrícula na escola primária atingiu 95%, uma marca considerável. Entretanto, mais de 1 milhão de crianças brasileiras ainda não estão matriculadas no ensino fundamental devido ao trabalho infantil, à exploração e violência, às necessidades especiais, aos problemas de saúde e nutrição, entre outros. Adicionalmente, um grande contingente de crianças, mesmo matriculadas, não freqüentam as escolas pelas mesmas razões. O Governo e as ONGs vêm enfrentando as taxas de evasão (3,9%) e repetência (23,4%) com ações que combinam revisões curriculares, capacitação de professores, participação da comunidade na gestão escolar, atividades escolares complementares, reforço escolar para estudantes que precisam de apoio adicional para aprendizagem, e maior coordenação entre escola, família e comunidade. Muitas técnicas e metodologias bem-sucedidas foram preparadas e estão prontas para serem trazidas para o eixo principal das práticas educacionais no país.

10. Entre os adolescentes, somente 41% entre os de 15 a 19 anos de idade terminam os oito anos de Educação Fundamental e, desses 41%, um terço conclui o Ensino Médio. Isso deixa uma população de mais de 8 milhões de jovens brasileiros que, se não tiverem apoio agora, enfrentarão a vida sub-educados e sem habilidades. Tratar dessa situação agora vai ajudar a assegurar que eles estejam melhor preparados para cuidar de si e de suas famílias na vida adulta, e que possam participar plenamente da vida política, social e econômica do País.

11. A experiência demonstra que a identidade e autonomia dos adolescentes podem ser desenvolvidas por meio da sua participação nas atividades educacionais, culturais, esportivas e comunitárias desde cedo. Os riscos de abuso

de entorpecentes, gravidez precoce ou indesejada e brigas entre gangues têm sido comprovadamente reduzidos em função desse envolvimento. Os adolescentes são particularmente vulneráveis a HIV/AIDS, gravidez precoce, uso de drogas e violência. A violência crescente entre rapazes de 15 a 19 anos de idade reduz a expectativa de vida dos homens em três anos. Dos 21 milhões de adolescentes no Brasil, cerca de 30.000 são privados de liberdade todos os anos e colocados em instituições que oferecem oportunidades limitadas para seu desenvolvimento psicossocial e físico. O fato é que é mais provável que os adolescentes sejam vítimas da violência e não perpetradores.

12. Trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica e institucional e HIV/AIDS passam todo o ciclo de vida, afetando crianças do nascimento à adolescência. Programas de renda mínima para famílias pobres, em conjunto com atividades extracurriculares, capacitação de professores e mudanças de atitudes entre a população têm contribuído para reduzir o trabalho infantil e aumentar o acesso, permanência e sucesso na escola.

13. O impacto negativo da violência doméstica e comunitária, assim como o abuso e a exploração sexual de crianças, têm sido cada vez mais reconhecidos como temas públicos com conseqüências de curto e longo prazo. Além de encorajar a notificação de casos de abuso, as campanhas e o crescente monitoramento vem provocando a ação coordenada de instituições governamentais e não-governamentais e da sociedade civil.

14. Esses, e outros riscos para crianças e adolescentes podem ser tratados por um Sistema de Garantia de Direitos eficaz, como definido no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. O modelo desenvolvido no Brasil é avançado e altamente inovador, e o próximo passo é alcançar sua plena implementação em todos os municípios do País. Isso pode ser feito pelo fortalecimento dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares, entre outros conselhos municipais, assegurando a integração da atenção e dos serviços entre os ministérios setoriais e garantindo que a população, de forma geral, esteja plenamente informada sobre os direitos das crianças e sobre como se mobilizar para conseguir sua implementação para cada uma e para todas as crianças.

15. O progresso brasileiro com relação às metas estabelecidas na Reunião de Cúpula Mundial pela Infância e referendadas pelo Acordo de Santiago, em áreas como saúde, nutrição e educação, é altamente positivo. A 5ª Reunião Ministerial de Acompanhamento, realizada em Kingston, Jamaica, mostrou que o Brasil alcançou 8 das 13 metas com objetivos mensuráveis. O Brasil progrediu no que diz respeito à universalização da educação fundamental, na redução da taxa de mortalidade infantil e em outras metas relacionadas à saúde, tais como: redução da desnutrição grave e moderada, redução do baixo peso ao nascer, erradicação da poliomielite, redução de 95% dos óbitos associados ao sarampo, alto nível de cobertura imunológica contra difteria, coqueluche, tétano, sarampo, poliomielite, tuberculose e tétano nas mulheres em idade fértil e a redução de 50% das mortes decorrentes das diarreias em crianças menores de 5 anos e de 25% na taxa de incidência de diarreia.

16. O Brasil tem muitos progressos a relatar e muitas lições importantes a compartilhar. O Governo Brasileiro vem trabalhando para finalizar seu primeiro relatório ao Comitê sobre os Direitos da Criança a respeito da implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança no período de 1990 a 2001.

ITEM 3: Realizações e lições aprendidas da cooperação passada.

17. O Programa de Cooperação do UNICEF no Brasil para o período de 1994 a 2000, intitulado “Direito de Ter Direitos”, desempenhou um papel importante na colocação dos direitos da criança na agenda política nacional, encorajando o Governo a adotar essa perspectiva como forma de implementar e conduzir políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente. As estratégias de desenvolvimento de capacidades e mobilização social, adotadas pelo UNICEF, efetivamente contribuíram para estimular a indignação pública e promover novas iniciativas, como também para mobilizar recursos para abordar temas delicados, tais como violência contra a criança e abuso sexual, exclusão social e disparidades, mortalidade materna, baixa qualidade do ensino fundamental levando à repetência e abandono, e trabalho infantil como uma negação do direito à educação, desenvolvimento e futuro.

18. A credibilidade, transparência e apoio institucional do UNICEF foram pilares fundamentais para construir e fortalecer a cooperação e as alianças. Parcerias com o Governo, na esfera federal, estadual e local, com ONGs, o setor privado e outras organizações internacionais, contribuíram para a consolidação e a expansão de vários projetos. Muitos deles foram convertidos em programas sustentáveis ou políticas públicas regionais e nacionais. Os que mais se destacam são os Programas de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família, a Pastoral da Criança, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, os Centros de Apoio a Pequenos Empresários nos estados de Pernambuco e Sergipe, a Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), o Movimento pelo Direito à Educação no estado do Rio Grande do Sul e o Pacto pela Educação em Minas Gerais, o CEDECA (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que enfrenta questões de impunidade) na Bahia, entre outros.

19. A perspectiva dos Direitos da Criança tem mostrado um maior potencial de mobilizar a sociedade e provocar ganhos sociais para crianças que a antiga abordagem chamada Crianças em Circunstâncias Especialmente Difíceis. Esta nova abordagem paradigmática está refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente. A tarefa, agora, é colocar essa abordagem no curso principal dos trabalhos e institucionalizá-la. Os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente, o Judiciário, o Ministério Público e instituições de Proteção Especial, junto com sistemas de Educação, Saúde e Assistência Social agora precisam avaliar o que essa abordagem significa para sua maneira de trabalhar, dando os passos necessários para modernizar as práticas tradicionais, com base nessa importante mudança de paradigmas. Há um clima favorável à mobilização nacional pelos direitos da criança que podem apoiar esses esforços.

20. No período de 1994-2000, o UNICEF ampliou sua base de cooperação e consolidou parcerias com ONGs e governos municipais, setor privado e parlamentares. Na área de educação, inspirado pela Conferência de Educação Para Todos, em 1990, e pela declaração dela resultante, o UNICEF fortaleceu a cooperação com parceiros, avaliou e sistematizou experiências exitosas em todo o país e publicou vários documentos sobre políticas de desenvolvimento educacional. Em meados dos anos 90, foi iniciada uma parceria com o Banco Itaú que tem se mostrado muito bem-sucedida na obtenção de recursos e na mobilização da sociedade e do Governo para promover o melhor acesso à educação fundamental, o aumento na taxa de permanência e diminuição na taxa de reprovação. Entre 1994 e 1999, a taxa de escolarização cresceu de 87,5% para 95,4%, havendo ainda uma pequena melhora na redução da taxa de distorção idade-série, que entre 1996 e 1999 caiu de 47% para 44%. O UNICEF foi um parceiro nos esforços nacionais, estaduais e municipais que, juntos, atingiram esses resultados extraordinários.

21. Na área de saúde, o UNICEF investiu esforços principalmente na descentralização do modelo de assistência à saúde no país e na ênfase em iniciativas de promoção da saúde, impulsionando programas como o de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), o Programa de Saúde da Família (PSF), e a Pastoral da Criança que, nos últimos anos, tem crescido significativamente. O PACS faz acompanhamento e educação em saúde com 142.000 agentes em 4.559 municípios brasileiros, cobrindo uma população de 81 milhões de pessoas. Já o PSF, voltado para a promoção da saúde básica em atendimento domiciliar, possui 9.664 equipes em 2.968 municípios, atendendo 33,3 milhões de pessoas. A Pastoral da Criança tem aproximadamente 150.000 voluntários comunitários que fazem visitas aos lares para promover os cuidados com a saúde das crianças pequenas.

22. Ao longo do atual Programa de Cooperação, o UNICEF tem concentrando grande parte de seus recursos técnicos e financeiros em programas que visam a implementação dos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nisso se incluem a criação de mais Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares e a garantia de capacitação para membros dos conselhos. Além disso, o UNICEF faz *advocacy* para a criação de procedimentos judiciais especiais para crianças e adolescentes, de unidades de governo especializadas nas questões da criança, de procedimentos de defesa e para a reestruturação de instituições comprometidas com a assistência a crianças e adolescentes em situação de excepcional vulnerabilidade social e pessoal.

23. O trabalho infantil é outra área na qual o UNICEF tem concentrado os seus esforços com significativos resultados. Informando e mobilizando a sociedade civil e o Governo sobre o assunto, o UNICEF também tem dado apoio a diversos projetos destinados a erradicar o trabalho infantil, inclusive com a criação do

Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Formado por ONGs, agências governamentais e associações profissionais, o Fórum vem desenvolvendo estratégias de prevenção e erradicação de todo trabalho infantil no país. Entre 1995 e 1999, 1,3 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 16 anos foram retiradas do trabalho precoce. O UNICEF teve atuação crítica no lançamento de uma campanha nacional, em conjunto com 40 ONGs e o Governo Federal, para chamar a atenção para o saneamento e para retirar 50.000 crianças dos lixões. Até o final de 2001, 40.000 crianças haviam trocado o lixão pela escola com bolsa

24. Em 1995, o UNICEF iniciou um diálogo nacional sobre o monitoramento e controle participativo do gasto social, especialmente aquele relativo à infância e adolescência. Também, iniciou-se o monitoramento da implementação e regulamentação, feita pelo Congresso e pelo Governo, da legislação regulamentar para a implementação do Estatuto. Na área de comunicação, o UNICEF ampliou significativamente sua cooperação com a Agência de Notícias dos Direitos da Criança (ANDI), que tem desempenhado um papel de primeira linha na promoção de mudanças do enfoque do comportamento jornalístico para monitorar e promover o respeito dos direitos da criança através dos meios de comunicação brasileiros.

25. Como principais problemas na implementação do Programa de Cooperação (1994-2000), há que se registrar a acentuada dispersão das atividades e projetos apoiados pelo UNICEF. Esta pulverização e dispersão dificultou o monitoramento efetivo das iniciativas apoiadas e da sua avaliação. Houve também um enfraquecimento na sinergia e na integração entre as atividades desenvolvidas entre o âmbito nacional (Brasília) e os escritórios regionais, que vem sendo melhorada nos últimos dois anos.

26. Em 1997, e como parte do processo de Revisão de Meio Termo (RMT), enfatizou-se a necessidade de se trabalhar de forma mais intersetorial, trazendo uma abordagem interdisciplinar e participativa ao programa. Nesta direção avançou-se na reestruturação organizacional e administrativa para reduzir os níveis hierárquicos; iniciou-se o redirecionamento dos recursos do UNICEF para áreas com maior impacto e o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação. Também, e como resultado destas recomendações, surgiu a necessidade de modificar a estrutura programática – de natureza eminentemente setorial – para uma que permitisse planejar e programar as ações do UNICEF com uma visão mais integral da criança e do adolescente dentro do enfoque de direitos. O RMT também observou que os cinco Escritórios Zonais do UNICEF nas regiões mais pobres do Brasil constituem uma vantagem comparativa e de atuação em rede que as demais instituições não possuem. O trabalho de parceria com as agências da ONU, Banco Mundial, OIT e USAID produziu sinergias positivas tanto do fortalecimento institucional local como no *advocacy* nacional e nos esforços de promoção de políticas de promoção dos direitos das crianças.

27. Como resultado da RMT houve também, entre 1999 e 2000, uma redefinição dos processos de planejamento e gerenciamento com mudanças tais como: ênfase na qualidade, implementação de metodologias de planejamento participativo, mais mecanismos de coordenação horizontal com responsabilidades bem definidas, melhor definição de critérios na alocação de recursos, e melhor definição dos papéis e funções dos escritórios de Brasília e Zonais.

28. A transferência do escritório central da Divisão de Setor Privado (PSD) de São Paulo para Brasília em 1999 promoveu uma maior integração entre a área de arrecadação das doações voluntárias e a área de programas. A proximidade física já demonstra resultados, principalmente a visibilidade dos programas do UNICEF aos doadores nacionais.

29. Constatou-se também que a renovação e o fortalecimento das parcerias novas e antigas são cruciais para a conquista do pleno valor dos direitos das crianças. Nesse sentido foram fortalecidos os vínculos com os tradicionais parceiros dos Ministérios da Saúde e da Educação, gerentes municipais de saúde e educação, jornalistas e pediatras para a promoção da sobrevivência e desenvolvimento infantil no Brasil. Ao mesmo tempo, foram estabelecidas novas parcerias com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência Social e a Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego. É cada vez maior e mais importante a cooperação com o setor privado para incentivar sua responsabilidade social, e não somente como doadores potenciais.

30. O relacionamento com a mídia tem sido crucial para manter as questões sociais e os direitos das crianças na agenda pública. Na última década, a qualidade das coberturas jornalísticas em tópicos relacionados com a realização e violação dos direitos das crianças e adolescentes foi ampliada e melhorada de forma significativa. Parte desse resultado deve-se ao apoio decisivo dado pelo UNICEF ao fortalecimento da ANDI e, também, ao rápido crescimento no acesso a computadores e à Internet, que tem obrigado ao UNICEF a constantes atualizações na tecnologia de comunicação e informática.

31. Todas essas intervenções refletiram-se positivamente no crescimento continuado da arrecadação de fundos no país, especialmente por meio da venda de cartões e produtos do UNICEF. Entre 1995 e 2002, o show anual Criança Esperança, transmitido ao vivo pela Rede Globo, arrecadou US\$ 28,2 milhões, enquanto a venda de produtos trouxe um ingresso bruto, entre 1990 e 2001, de US\$46,6 milhões e a mala direta, US\$14,3 milhões entre 1993 e 2001. A arrecadação de fundos junto ao setor privado começou a gerar resultados em 1995, com US\$11,5 milhões, arrecadados no período 1995/2000. O reconhecimento do trabalho do UNICEF, expressado pelo público brasileiro através da arrecadação de fundos, tem provocado uma maior demanda na área de programas por uma melhor seleção de programas e projetos e pela necessidade de contar com melhores mecanismos de supervisão, monitoramento e avaliação de resultados das iniciativas apoiadas.

ITEM 4: A relação do Programa de Cooperação 2002 – 2006 com as prioridades nacionais e do UNICEF.

32. Dentro do propósito global de apoiar o país na promoção, proteção e garantia igual e universal dos direitos das crianças e adolescentes, o Programa de Cooperação 2002-2006 desenvolverá estratégias para avançar na implementação dos princípios e propósitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Convenção sobre os Direitos da Criança. O programa proposto leva em conta os processos de descentralização do Estado e de implantação de mecanismos de controle social, previstos na Constituição Brasileira, bem como as políticas setoriais em andamento.

33. O UNICEF está ciente de que haverá eleições gerais em outubro de 2002 e está preparado para negociar plenamente com o governo eleito, à luz de seu Programa de Cooperação. O UNICEF vai facilitar esse processo servindo de ponte entre os programas bem-sucedidos e as iniciativas do período corrente e as intenções e desenhos do novo período de governo no país, para ajudar a levar adiante lições aprendidas e metodologias que apoiem a implementação do ECA.

34. No contexto atual, o Programa de Cooperação é convergente e contribui também para o alcance dos objetivos e metas do Plano Plurianual de Ação (PPA), elaborado pelo Governo para os próximos cinco anos, e que tem como objetivo reduzir as disparidades e os níveis de pobreza que afetam significativos setores da população brasileira. Nesse sentido, apoio especial deve ser dado pelo UNICEF às políticas públicas de combate à pobreza, particularmente na implementação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza regulamentado em 2000 com mais de US\$ 2.2 bilhões de recursos para entrada em vigor pelo período de 10 anos. Esses recursos deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

35. Além disso, o programa ainda se baseia numa colaboração com as agências do sistema das Nações Unidas, dentro da perspectiva do CCA-UNDAF (Avaliação Comum do País-Marco de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas) e da necessidade de integrar os enfoques de desenvolvimento humano e dos direitos humanos. Nessa perspectiva, o UNICEF desenvolveu e divulgou o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), que complementa o Índice de Desenvolvimento Humano ao considerar que a etapa do ciclo de vida da criança de 0 a 6 anos é pré-requisito para alcançar o desenvolvimento humano na sua plenitude - já que o desenvolvimento infantil possui necessidades e direitos essenciais e diferenciados que condicionam as etapas posteriores da vida e desenvolvimento do indivíduo. (Fonte: Situação da Infância Brasileira 2001)

36. O UNICEF deverá continuar atuando em sintonia com os programas sociais executados pelos diversos Ministérios – nas áreas de desenvolvimento infantil, educação e qualificação dos gestores e lideranças locais.

37. A busca do engajamento e participação do Governo Brasileiro (nos âmbitos federal, estadual e municipal), das instituições não-governamentais, da sociedade civil organizada, dos grupos de adolescentes e do setor privado na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança e no Movimento Global pela Criança vem sendo uma prioridade do UNICEF. Essa participação está sendo vista como de importância crucial para que metas e compromissos a serem definidos na Sessão Especial de maio de 2002 pelos mandatários, organizações da sociedade civil com participação das crianças – a maioria deles convergentes com os propostos pelo novo Programa de Cooperação – sejam apropriados e implementados em forma efetiva nos próximos 10 anos.

ITEM 5: Metas e estratégias do Programa de Cooperação.

38. O Programa de Cooperação (2002-2006) está estruturado para prestar assistência aos esforços nacionais em garantir a plena implementação dos direitos de todas as crianças e adolescentes. Isso requer uma redução efetiva na desigualdade da distribuição da riqueza e na iniquidade da alocação e apropriação dos recursos públicos, o que gera pobreza e exclusão social de amplos setores da população. As crianças e mulheres são as que mais sofrem com esses efeitos, resultando em insuficiência e iniquidade no acesso a serviços de desenvolvimento e educação infantil; baixa qualidade na educação fundamental; acesso restrito e pouca participação dos adolescentes no ensino médio de qualidade (a taxa de escolarização líquida no Ensino Médio no Brasil foi de 32,6% em 1999). Além disso, há insuficiência e inadequação dos serviços de saúde integral da criança e da mãe, com somente 46% das gestantes recebendo atendimento pré-natal de mais de 6 consultas no ano 2000. Completam esse quadro as deficiências no sistema de garantia e exigibilidade dos direitos das crianças e adolescentes e na aplicação das medidas socioeducativas e de proteção.

39. A situação de iniquidade na educação brasileira reflete-se nos dados da amostra do Censo 2000 do IBGE. No Brasil, uma criança (7 a 14 anos) pobre tem oito vezes mais chance de não frequentar a escola que uma criança rica. Entre os adolescentes (12 a 17 anos), os pobres têm 21 vezes mais chance de não serem alfabetizados que os ricos. Uma criança filha de mãe com baixa escolaridade tem 11 vezes mais chance de estar fora da escola que uma criança filha de mãe com alta escolaridade. Adolescentes filhos de mãe com baixa escolaridade têm 23 vezes mais chance de não serem alfabetizados que os filhos de mãe com alta escolaridade. Ainda existem iniquidades por raça/etnia e deficiências. Crianças de cor preta têm duas vezes mais chance de estarem fora da escola que crianças de cor branca; adolescentes de cor preta têm três vezes mais chance de não serem alfabetizados que os de cor branca. Crianças com deficiência têm duas vezes mais chance de estarem fora da escola que crianças sem deficiência; adolescentes com

deficiência têm três vezes mais chance de não serem alfabetizados que os sem deficiência. Considerando-se a situação do domicílio, crianças da área rural têm três vezes mais chance de não freqüentarem a escola que crianças da área urbana. Um adolescente da área rural tem quatro vezes mais chance de não ser alfabetizado que um adolescente da área urbana. Entre gênero, destaca-se que um menino adolescente tem duas vezes mais chance de não ser alfabetizado que uma menina adolescente.

40. Nesse contexto, o principal propósito do Programa é apoiar o país na promoção, proteção e garantia igual e universal dos direitos das crianças e adolescentes, como definido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Convenção sobre os Direitos da Criança. Nessa perspectiva, o Programa 1994-2000 estabeleceu bases e lições importantes para consolidar e delinear uma programação com enfoque de direitos. Esta estratégia – que combina ações bem sucedidas do ciclo passado com as novas oportunidades identificadas na Análise de Situação – está centrada no apoio a processos e políticas públicas de âmbito e alcance universal, com ênfase na qualidade dos serviços como um direito do usuário, principalmente daqueles grupos mais excluídos.

41. Tendo como base a abordagem do ciclo de vida da criança, para a operacionalização dessas estratégias foram definidos cinco subprogramas multisectoriais no Programa de Cooperação: “Desenvolvimento Infantil”, “Educação para a Inclusão”, “Cidadania dos Adolescentes”, “Sistema de Garantia de Direitos e Proteção” e “Monitoramento e Comunicação pelos Direitos”, os dois últimos subprogramas perpassando os demais componentes com atividades sinérgicas e complementares.

42. Os objetivos e as estratégias definidos em cada programa estão pautados pelos princípios de inclusão, universalidade, não-discriminação, participação, o melhor interesse da criança, dentro de uma abordagem intersetorial. O melhor interesse da criança assinala que o UNICEF continuará a posicionar a criança e o adolescente no centro da agenda nacional e trabalhará para garantir que os direitos dos meninos e meninas sejam plenamente assegurados nas políticas públicas. O marco direcionador que pauta as estratégias de mobilização, *advocacy* e fortalecimento institucional que o UNICEF realizará junto ao Governo, a sociedade civil e setor privado, estará baseado no ECA, na Convenção sobre os Direitos da Criança e nas legislações setoriais que compõem as políticas públicas.

43. No âmbito macrosocial, o programa tenta contribuir para a redução das disparidades através de estratégias que promovam uma alocação e apropriação mais equitativa do gasto social e do investimento na infância. Neste sentido destacam-se as estratégias de *advocacy*, mobilização, assistência técnica e monitoramento participativo do orçamento público dos programas destinados à redução da pobreza e das Políticas Educacional, de Saúde, Justiça e Assistência Social.

44. O valor agregado do UNICEF ao trabalhar com todos os âmbitos administrativos (federal, estadual e municipal), em todos os setores e com uma ampla gama de atores que participam na formulação e implementação das políticas públicas dirigidas à infância será mantido e reforçado. O UNICEF também manterá e ampliará sua capacidade no desenvolvimento de estudos, pesquisas e avaliações – essenciais para o desenho de estratégias e apoio à tomada de decisões – além de continuar apoiando a produção e divulgando informação e indicadores sociais sobre as crianças e adolescentes.

ITEM 6: Objetivos e descrição dos programas.

45. Os objetivos dos programas dão prioridade ao ciclo de vida da criança e do adolescente, incorporando ao mesmo tempo aspectos que atravessam este ciclo e que são de extrema importância para a realização dos seus direitos. Dessa forma, espera-se que as ações do UNICEF estejam contribuindo para: i) fortalecer as famílias para que possam melhorar a sobrevivência, o desenvolvimento, a participação e a proteção das crianças, desde a gestação até os seis anos, através dos agentes comunitários de saúde, voluntários, creches e outras ações de educação infantil e pré-escola; ii) melhorar o acesso e a qualidade do ensino fundamental das crianças de 7 a 14 anos e a eliminação de práticas exclusionárias nas escolas, promovendo a saúde integral e as oportunidades de participação, informação, cultura, esporte e lazer na escola e em outros espaços de aprendizagem, apoiando a participação das famílias e comunidades das crianças em sua educação pelo fortalecimento dos conselhos escolares e planos escolares e projetos pedagógicos que se concentrem na inclusão de todas as crianças em ambientes de aprendizagem de qualidade; iii) melhorar o acesso e a qualidade do ensino médio, da saúde integral e as oportunidades de participação, profissionalização, cultura, esporte e lazer para adolescentes; iv) garantir o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos e o desenvolvimento de políticas de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, assegurando-lhes inclusão em políticas básicas universais sem discriminação, com atendimento especializado e acesso à justiça.

46. Para complementar e apoiar o alcance dos objetivos anteriores serão desenvolvidas as atividades relacionadas com o planejamento, monitoramento e avaliação do Programa de Cooperação e a avaliação das políticas e iniciativas relevantes à ação do UNICEF. Também, encontram-se incluídas atividades que formam a estratégia de comunicação na perspectiva de divulgar a ação e os resultados do trabalho do UNICEF e de fortalecer os meios de comunicação para promover os direitos das crianças e adolescentes nos diferentes âmbitos da sociedade brasileira.

47. O detalhamento dos programas quanto a projetos, estratégias, áreas geográficas, públicos-alvo e parcerias definidas para alcançar os objetivos dos programas são abordados no Anexo 1, onde se apresenta o Programa Operativo de Ação para o período 2002-2006.

ITEM 7: Orçamento do Programa de Cooperação.

48. Foi aprovado pela Junta Executiva do UNICEF o orçamento de US\$ 90 milhões para o período de 2002-2006. Deste montante, aproximadamente 5% virão dos recursos regulares da sede do UNICEF – sujeitos à disponibilidade dos fundos. O restante é o teto, para receber, seja no Brasil ou nos Comitês Nacionais.

Programa de Cooperação – BRASIL - 2002 – 2006						
	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Desenvolvimento Infantil	2.052.000	2.736.000	4.104.000	2.736.000	2.052.000	13.680.000
(15.2 %)						
Educação para Inclusão	2.793.600	3.492.000	4.539.600	3.317.400	3.317.400	17.460.000
(19.4 %)						
Cidadania dos Adolescentes	1.698.750	2.242.350	3.941.100	4.416.750	1.291.050	13.590.000
(15.1 %)						
Sistema de Garantia de Direito e Proteção	2.421.000	4.842.000	7.263.000	6.052.500	3.631.500	24.210.000
(26.9 %)						
Monitoramento e Comunicação pelos Direitos	356.400	616.000	913.000	653.400	431.200	2.970.000
(3.3 %)						
Custo de pessoal	3.618.000	3.618.000	3.618.000	3.618.000	3.618.000	18.090.000
(20.1 %)						
Total	12.939.750	17.546.350	24.378.700	20.794.050	14.341.150	90.000.000

ITEM 8: Gerenciamento do Programa de Cooperação.

49. O gerenciamento do Programa de Cooperação estará sob responsabilidade do Country Management Team (CMT), liderado pela Representante do UNICEF no Brasil e que é constituído pelos coordenadores das seis unidades zonais com programas, o Coordenador Nacional de Programas, o Oficial de Operações, o Gerente de Mobilização de Recursos e um representante da Associação de Pessoal.

50. Para assegurar que os recursos do UNICEF sejam aplicados na prossecução dos objetivos definidos no presente Programa de Cooperação, os planos anuais de ação serão elaborados num processo participativo envolvendo os parceiros estratégicos. Durante esse processo, os oficiais dos Escritórios Zonais e de Brasília irão proceder a análise e redefinição conjunta dos objetivos dos projetos propostos pelos parceiros, dos resultados esperados e recursos necessários. A sustentabilidade das ações propostas, será garantida através de uma análise cuidadosa da capacidade institucional das organizações proponentes e de experiências anteriores de cooperação com o UNICEF.

51. Os projetos e parceiros selecionados, bem como os montantes de recursos a serem alocados, serão incluídos nos planos de ação anuais de cada escritório a serem posteriormente revisados e analisados pelos pontos focais dos Programas, antes de serem submetidos à análise e aprovação do CMT.

52. A operacionalização dos planos de ação anuais será baseada na disponibilidade de fundos e através de Termos de Cooperação que assinarão entre si o UNICEF e as instituições parceiras, para implementação de projetos elaborados em conjunto.

53. Parte substancial dos fundos necessários à implementação dos projetos apoiados é obtida junto ao setor privado e doações da sociedade no próprio país. Duas unidades zonais são responsáveis pela coordenação e realização de campanhas de sensibilização e mobilização social, pela venda de produtos (cartões de saudações e presentes), pelas campanhas por mala-direta, telefone ou pela Internet.

54. O CMT se reúne, no mínimo, duas vezes por ano para analisar a implementação do programa, os avanços e dificuldades encontrados e avaliar a pertinência dos planos de ação propostos para o ano seguinte, bem com a necessidade de reajustamento das estratégias definidas.

55. Para monitorar a aplicação adequada dos recursos, o CMT conta com o apoio do Escritório de Auditoria Interna, designado pela Diretora Executiva do UNICEF, e de uma Junta de Auditores das Nações Unidas, designada pela Assembleia Geral, como único órgão autorizado a realizar auditorias externas, periódicas, às contas da Organização. Cabe à Diretora Executiva do UNICEF, que também lidera o Comitê de Auditoria, responder aos comentários e recomendações contidos nos relatórios da Junta de Auditores das Nações Unidas. O Escritório de Auditoria Interna tem a função de examinar os mecanismos internos de controle e de avaliação de desempenho do escritório, identificar áreas de potencial risco para o alcance dos objetivos do programa e recomendar as medidas necessárias. Ao Comitê de Auditoria compete planejar auditorias internas e investigações e monitorar os progressos na implementação das recomendações das auditorias interna e externa.

ITEM 9: Coordenação com outros parceiros.

56. O Programa de Cooperação será implementado com a participação de uma ampla gama de parcerias governamentais e não governamentais, muitas das quais serão novas, em função dos programas propostos. Nos programas propostos trabalharemos preferencialmente com os Ministérios da Saúde, Educação, Justiça, Previdência Social, Trabalho e Emprego, com o IBGE e com governos estaduais e municipais selecionados. Trabalharemos com organizações não-governamentais que, com significativa competência, vêm desenvolvendo trabalhos nas áreas temáticas do Programa.

57. O programa contempla uma estreita colaboração com as agências do Sistema das Nações Unidas no marco da UNDAF. A coordenação existente com elas, em todos os componentes do Programa de Cooperação, será reforçada neste novo ciclo.

ITEM 10: Acompanhamento e avaliação.

58. O Anexo 1 apresenta o Programa de Ações Operativas (PPO – Programme Plan of Operations) e o Plano Integrado de Monitoramento, Avaliação e Pesquisa (IMERP – Integrated Monitoring, Evaluation and Research Plan) para os cinco anos de implementação do Programa de Cooperação. Para sua preparação foram definidos indicadores de processos e de resultados e seus meios de verificação, que serão utilizados para monitorar e interpretar as mudanças conseguidas em relação aos objetivos do Programa de Cooperação. Em geral, os indicadores seguem as diferentes fases do ciclo de vida da criança e do adolescente. O detalhe da operacionalização do programa pode ser observado no PPO. Em cada subprograma são identificados os estudos e avaliações mais relevantes que serão realizados durante o período.

59. A primeira fase do ciclo de vida das crianças será monitorada através de indicadores relevantes às necessidades e desenvolvimento das crianças na sua primeira etapa da vida. Da mesma forma, o desenvolvimento dos adolescentes (12 a 18 anos) será monitorado através de indicadores que permitem retratar a situação e as disparidades nas condições de sobrevivência e acesso a serviços deste segmento da população.

60. A percepção e a atitude do adolescente com relação aos seus direitos (“A Voz dos Adolescentes”) é uma nova dimensão de monitoramento, que será introduzida no Programa de Cooperação como instrumento para fortalecer a mobilização e participação deste grupo na busca de soluções para os problemas que afetam a realização dos seus direitos. Especial ênfase deverá ser dada ao monitoramento das metas e compromissos da Sessão Especial e do Movimento Global pela Criança, com as devidas adaptações e complementações às especificidades do país, principalmente no contexto da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos insumos importantes para este monitoramento das metas que venham a ser estabelecidas é a Pesquisa de Demografia e Saúde da Família, que será realizada em 2001 pelo Ministério da Saúde, com apoio de diversas instituições, inclusive o UNICEF. Pesquisa similar deverá ser realizada em 2006. As informações regulares dos ministérios setoriais e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do IBGE serão insumos essenciais para este monitoramento.

61. O monitoramento participativo do gasto social e do investimento em crianças e adolescentes, inclusive a Iniciativa 20/20, será direcionado para os aspectos de equidade e da participação da sociedade civil organizada no controle social do gasto público municipal.

62. Como parte do IMERP, avaliações e estudos serão previstos nas áreas de Violência Doméstica e Abuso Sexual, Iniciativa Hospital Amigo da Criança, Desenvolvimento Infantil e DST/AIDS. As revisões anuais e o monitoramento dos diferentes componentes, projetos e subprojetos serão realizados com a participação das principais contrapartes e parceiros nos níveis regionais e nacional, valendo-se dos indicadores disponíveis ou especialmente coletados. As visitas periódicas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) aos projetos e programas deverão ser ampliadas para outras instituições governamentais interessadas nas experiências e temas apoiados pelo UNICEF.

63. Além das revisões anuais do Programa de Cooperação, a serem realizadas em conjunto com as contrapartes e parceiros relevantes, será realizada uma Revisão de Meio-Termo (Mid-Term Review) entre maio e outubro de 2004, para avaliar os resultados alcançados e corrigir rumos face às mudanças ocorridas no país.

ITEM 11: Compromissos do UNICEF.

64. A Junta Executiva do UNICEF aprovou um compromisso total de não mais que o equivalente a US\$ 3.750.000 dos Fundos Regulares do UNICEF, sujeito à disponibilidade de fundos, para o apoio às atividades detalhadas neste Plano de Operações (Master Plan of Operations) no período que se inicia em 1º de janeiro de 2002 e termina em 31 de dezembro de 2006.

65. A Junta Executiva do UNICEF autorizou, também, o UNICEF, a buscar fundos adicionais para o apoio à implementação de programas especificados neste Plano de Operações (Master Plan of Operations), aqui descritos como Outros Fundos, numa quantia equivalente a US\$ 86.250.000. A disponibilidade desses fundos estará sujeita ao conhecimento e ao interesse dos doadores nos projetos propostos. Para esse fim, o UNICEF vai se encarregar de conquistar o apoio da comunidade de doadores no âmbito local e internacional.

66. Os compromissos com recursos e propostas supracitadas são exclusivos para o recebimento de recursos em resposta a pedidos em situações de emergência, que podem ser lançados pelo Governo ou pelo Sistema das Nações Unidas em resposta a um pedido do Governo.

67. O apoio do UNICEF para o desenvolvimento e implementação de atividades dentro do Programa de Ações Operativas pode incluir apoio técnico e/ou financeiro a fundo perdido, suprimentos e equipamento, transporte, fundos para advocacy, pesquisas e estudos, consultorias, desenvolvimento de programas, monitoramento e avaliação, atividades de capacitação e equipe de apoio. Parte do apoio do UNICEF poderá ser dada a Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil, conforme acordado na estrutura dos programas individuais.

68. O UNICEF deverá apontar os oficiais de projeto e consultores para o desenvolvimento e administração do programa, bem como para atividades de monitoramento e avaliação.

69. Estando sujeitos a revisões anuais e ao progresso na implementação do programa, os fundos do UNICEF são distribuídos de acordo com o calendário anual e de acordo com o Programa de Ações Operativas. Esses orçamentos serão revisados e ainda mais detalhados no Plano de Ação dos Projetos.

70. O UNICEF consultará ministérios e instituições beneficiárias nacionais em pedidos realizados em tempo hábil por adiantamentos financeiros, suprimentos e equipamentos ou serviços. O UNICEF manterá os oficiais envolvidos a par dos trâmites envolvendo a aquisição de bens e insumos, para lhes facilitar a liberação, armazenagem e distribuição.

71. O UNICEF se reserva o direito de reaver os bens e insumos que não forem utilizados para os fins especificados neste Plano de Operações (Master Plan of Operations) e Plano de Ação dos Projetos Anuais.

ITEM 12: Contrapartida do Governo e das instituições beneficiárias.

72. As instituições beneficiárias de recursos transferidos pelo UNICEF deverão indicar, nos respectivos Termos de Cooperação e Documentos de Projeto, os insumos de contrapartida necessários para a implementação da cooperação, seja em termos de pessoal, bens, instalações e suprimentos.

73. O Governo apoiará os esforços do UNICEF para: i) levantar fundos que supram as necessidades do Programa de Cooperação; ii) mobilizar governos de potenciais doadores a disponibilizarem os fundos necessários à implementação dos componentes não-financiados pelo programa; iii) levantar fundos para o programa junto ao setor privado, tanto internacionalmente quanto no Brasil; e iv) mobilizar contribuições de indivíduos, corporações e fundações no Brasil para apoiar o programa para crianças, na forma da legislação nacional aplicável.

74. No que diz respeito à contribuição financeira a fundo perdido do UNICEF, as instituições nacionais beneficiárias deverão designar os nomes, títulos e detalhes contábeis dos beneficiados autorizados. Os indivíduos responsáveis aplicarão os recursos do UNICEF de acordo com a legislação nacional, no que couber, e as normas e procedimentos do UNICEF, garantindo, particularmente, que o recurso será empregado contra orçamentos previamente aprovados e que relatórios contábeis e técnicos serão submetidos ao UNICEF dentro de três meses após o seu recebimento. Qualquer recurso financeiro não-utilizado ou que não possa ser utilizado de acordo com o plano original, deverá ser devolvido ao UNICEF. O financiamento de viagens, salários e honorários deverá ser estipulado de acordo com taxas mensuradas com as do Governo, mas não mais altas que as aplicáveis ao sistema das Nações Unidas.

75. As instituições beneficiárias deverão colaborar com as equipes do UNICEF na realização de visitas periódicas aos locais de projetos e a observação de atividades de programa, com o propósito de se avaliar o progresso e se coletar informações para o desenvolvimento do programa/projeto, bem como para o monitoramento e avaliação.

76. Na realização das revisões periódicas de programa e nas reuniões de planejamento, incluindo revisões anuais, reuniões anuais de planejamento e a Revisão de Meio-Termo, o Governo encorajará e facilitará a participação de doadores, agências das Nações Unidas, membros da Junta Executiva do UNICEF, organizações não-governamentais ou da sociedade civil, da forma que for mais apropriada.

77. Os resultados do Programa de Cooperação e as experiências dele derivadas serão disseminados pela mídia nacional e internacional.

ITEM 13: Disposições finais.

78. Este Plano de Operações (Master Plan of Operations) substitui qualquer outro Plano de Operações (Master Plan of Operations) aprovado previamente e se tornará efetivo após a assinatura de instrumento de cooperação específico entre o Governo brasileiro e o UNICEF. Fica entendido que o Plano de Operações ("Master Plan of Operations") cobrirá atividades do programa a ser implementado no período entre 1º de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2006.

79. O Plano de Operações (Master Plan of Operations) e o Programme Plans of Operations poderão ser modificados após consenso entre o Governo e o UNICEF, a partir de revisões anuais, na Revisão de Meio-Termo ou em circunstâncias julgadas mutuamente convenientes pelo Governo brasileiro e UNICEF.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND FOR THE IMPLEMENTATION OF PROJECTS AND COOPERATION ACTIVITIES UNDER THE 2002-2006 MASTER PLAN OF OPERATIONS OF THE UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND FOR BRAZIL, SUPPLEMENTARY TO THE AGREEMENT OF 28 MARCH 1966 BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF BRAZIL AND THE UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND

The Government of the Federative Republic of Brazil (hereinafter referred to as "the Government"), and

The United Nations Children's Fund (hereinafter referred to as "UNICEF"), jointly referred to as "the Parties",

Considering that the relations of cooperation between the Contracting Parties are based on the Agreement of 28 March 1966 between the United Nations Children's Fund and the Government of the United States of Brazil, promulgated by Decree No. 62.125, of 6 January 1968,

Desiring to continue their partnership with a view to improving the situation of children and women in Brazil through strengthened cooperation to ensure that the rights enshrined in the Convention on the Rights of the Child are enjoyed by all Brazilian children,

Considering that it would be useful to promote cooperation between the Contracting Parties in the above-mentioned field,

Have agreed as follows:

TITLE I. PURPOSE

Article 1

This Supplementary Agreement establishes the framework for the implementation in Brazil of the Master Plan of Operations 2002-2006 of the United Nations Children's Fund.

First paragraph. The main purpose of the Master Plan of Operations 2002-2006 is to develop strategies to promote the implementation of the principles and purposes of the statute for Children and Adolescents (ECA) and the Convention on the Rights of the Child.

Second paragraph. The Master Plan of Operations 2002-2006 includes five subprogrammes:

1. Childhood development;
2. Education for inclusion;
3. Adolescent citizenship;
4. Guarantee of rights and protection; and

5. Monitoring and communication for children's rights.

Third paragraph. The main results expected from the implementation of the Master Plan of Operations 2002-2006 are to:

(1) Improve the survival rate, development, participation and protection of children from pregnancy to six years, particularly through and in cooperation with their families, with the support of day-care centres and/or other types of suitable infant and preschool educational activities;

(2) Improve access to and the quality of basic education for children from 7 to 14 years of age and eliminate exclusionary practices in schools, while promoting comprehensive health care and opportunities for participation, information, culture, sports and recreation in schools and other places of learning, and supporting the participation of children's families and communities in their education by strengthening school councils, school curricula and teaching projects designed to ensure that the learning environment for all children is appropriate;

(3) Improve access to and the quality of secondary school education, comprehensive health care and opportunities for participation, professional training, culture, sports and recreation for adolescents; and

(4) Guarantee the functioning of the system for the protection of rights and the development of policies to protect children and adolescents whose rights are threatened or violated, by ensuring their coverage under basic universal policies without discrimination and that they have access to specialized care and to justice;

(5) Mobilize civil society and public administrations to defend and promote the rights of children and monitor the situation of children and adolescents in all regions of Brazil, by drawing attention to those areas with a higher incidence of violations of rights and by working with the mass media to expand and improve the coverage of child- and adolescent-related issues.

TITLE II. IMPLEMENTATION

Article 2

The Government hereby designates the Brazilian Cooperation Agency of the Ministry of Foreign Affairs (hereinafter referred to as "ABC/MRE") as the agency responsible for monitoring the implementation of this Supplementary Agreement.

Article 3

UNICEF hereby designates its representation in Brazil as the office responsible for managing the Master Plan of Operations 2002-2006.

Article 4

The projects and activities identified for implementation under the Master Plan of Operations 2002-2006 shall be approved in the Terms of Cooperation to be signed between UNICEF and the national beneficiary institutions.

First paragraph. The purpose of the project, the expected outcome, the national beneficiary institution, the duration of the project, the financial contribution of UNICEF, the counterpart contribution by the national beneficiary institution and any additional sources of financing shall be set out in the Terms of Cooperation.

Second paragraph. The beneficiaries referred to in the first paragraph of this article may designate, by mutual agreement with UNICEF, implementing agencies for one or more components of the project.

Third paragraph. The Government and UNICEF shall establish, by mutual agreement procedures for the approval, implementation and evaluation of the projects to be executed under the subprogrammes included in the 2002-2006 Plan of Operations.

TITLE III. OBLIGATIONS

Article 5

UNICEF shall:

(a) Provide approximately US\$ 3,750,000 in resources from its regular budget to support the activities enumerated in the 2002-2006 Master Plan of Operations, subject to the availability of funds;

(b) Seek additional funds in support of the implementation of the programmes specified in the Master Plan of Operations, hereinafter referred to as

"Other funds", in an amount equivalent to not more than US\$ 86,250,000. These funds will be secured as donors become aware of and show interest in the proposed projects. To this end, UNICEF shall undertake to seek the support of the local and international donor community;

(c) Provide technical and/or financial support on a non-reimbursable basis, supplies and equipment, transportation, funds for promotional activities, research and studies, advisory services, programme development, monitoring and evaluation, training activities and a support team for the implementation of the projects identified in the Master Plan of Operations. A portion of the UNICEF support may be given to non-governmental and civil society organizations, as agreed upon in each individual programme;

(d) Appoint project officers and consultants for the development and administration of the programme, and for monitoring and evaluation activities;

(e) Maintain close contact with national beneficiary institutions regarding the physical and financial administration of projects.

Article 6

The Government shall:

(a) Apply to UNICEF, to its property, funds and assets, as well as to its officials, including technical assistance experts, the provisions of the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations and of the Standard Agreement on Technical Assistance between the Government of Brazil and the United Nations, its Specialized Agencies and the International Atomic Energy Agency;

(b) Monitor and evaluate, through ABC/MRE, the technical aspects of the activities provided for in the Master Plan of Operations 2002-2006;

(c) Facilitate the participation of donors to UNICEF, United Nations agencies, members of the Executive Board of UNICEF and non-governmental or civil society organizations in periodic programme reviews and planning meetings, including annual reviews, annual planning meetings and the midterm review in the manner deemed most appropriate.

Article 7

National beneficiary institutions shall:

(a) Indicate, in their respective Terms of Cooperation and project documents, the necessary counterpart inputs for the implementation of cooperation activities, including personnel, property, installations and supplies;

(b) Designate the names, titles and account information of the beneficiaries authorized to receive and allocate the resources disbursed by UNICEF to cooperation projects;

(c) Utilize the resources provided by UNICEF in accordance with national legislation, where applicable, and with the norms and procedures of UNICEF, combining such resources with previously approved budgetary allocations;

(d) Submit accounting statements and technical reports to UNICEF within three months from the date of receipt of the resources;

(e) Return to UNICEF all unutilized resources or resources that could not be utilized for a project as originally conceived;

(f) Establish rates for the payment of travel, salaries and fees which shall not exceed the rates paid by the United Nations system;

(g) Cooperate with UNICEF teams making periodic visits to project execution sites and observing on-site activities in order to gather the necessary information for monitoring and evaluation purposes.

TITLE IV . AMENDMENTS

Article 8

This Supplementary Agreement may be amended by agreement of both Parties, upon written notification.

TITLE V. DURATION AND TERMINATION

Article 9

This Supplementary Agreement shall enter into force on the date of its publication by the Government and shall remain in force until 31 December 2006, unless one of the Parties gives notification in writing of its decision to terminate it, in which case the termination shall take effect 90 (ninety) days from the date on which the notification is received by the other Party.

TITLE VI. SETTLEMENT OF DISPUTES

Article 10

Any dispute arising in connection with the implementation or interpretation of this Supplementary Agreement shall be resolved through direct negotiations between the Parties. In the absence of a solution satisfactory to both of them, the Parties shall submit the dispute to an arbitration proceeding on which they both agree. The decision of that tribunal shall be final and binding.

Done in Brasilia on 17 March 2004, in duplicate originals in the Portuguese language.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

For the United Nations Children's Fund (UNICEF):

BRAZIL

MASTER PLAN OF OPERATIONS 2002-2006

"PROTECTING CHILDREN'S RIGHTS"

PREAMBLE

The Government of Brazil and the United Nations Children's Fund (UNICEF) have negotiated and adopted this Master Plan of Operations, desiring to continue their partnership with a view to improving the situation of children and women in Brazil through strengthened cooperation to ensure that the rights enshrined in the Convention on the Rights of the Child are enjoyed by all Brazilian children. The Master Plan of Operations shall be in effect from 1 January 2002 to 31 December 2006 and shall be implemented in accordance with the designation of responsibilities mutually determined by the Government and UNICEF in the cooperation agreements governing the activities of UNICEF in Brazil.

Item 1. Bases of the Relationship

The activities of UNICEF in Brazil are carried out within the framework of the Agreement of 28 March 1966 between the United Nations Children's Fund and the Government of the United States of Brazil, which was promulgated by Decree No. 62.125 of 6 January 1968. The present Master Plan of Operations for the period 2002-2006 must be interpreted and implemented in accordance with this Agreement. The programmes, projects and activities described below were approved by mutual agreement between the Government and UNICEF.

Item 2. The situation of children and women in Brazil

2.1 Background to the elaboration of the Master Plan of Operations

2. The preparation of the Master Plan of Operations was based on a review of the situation carried out in three sequential and closely interlinked phases, which culminated in this five-year plan. The first phase consisted in a strategic analysis of the changes currently taking place in the country - its economy, politics, decentralization process, globalization - and the opportunities for the new cooperation cycle. The next phase, consistent with the life cycle approach, focused on protection of the rights of children and adolescents, including the most common violations of those rights and identification of their causes and consequences. The analysis was carried out in a meeting in which officials of UNICEF, representatives of United Nations agencies, governmental and non-governmental institutions and experts in the various fields reviewed all participated. In the third phase, the programmes and projects of the new programmatic structure were defined, after consultations with the relevant governmental and non-governmental counterparts, and an early draft of the Master Plan of Operations was prepared.

3. Work began on the planning exercise, entitled "common country assessment (CCA)", in the first quarter of 2000, under the coordination of UNDP. The preliminary version of the CCA became available only in December 2000, and it was therefore not possible to include its findings in the situation analysis done by UNICEF. Since, at the time, the United Nations Development Assistance Framework (UNDAF) - which sets out the strategy of the United Nations system for its activities in the country - was in the process of be-

ing elaborated, it had not been considered in the elaboration of the strategic framework for the new cooperation programme.

2.2 Brazil: socio-economic background

4. Brazil is the fifth largest country in the world in terms of the size of its territory, which covers nearly half of South America. Its 169.6 million inhabitants are ethnically very diverse; according to data from 2000, 60 million of them are children and adolescents under 18 years of age. The Brazilian economy is the largest in Latin America and the ninth largest in the world. Economic stability, democracy and the technological progress made over the past decade have led to structural changes in the causes of poverty. Under its macroeconomic adjustment programme, the bulk of public expenditure was earmarked for the reduction of internal and external debt. Despite an annual per capita income of US\$ 4,420 in 2001, there are huge socio-economic disparities, and 20 million children are among the 54 million persons living in poverty. In general, the poor are black, brown or indigenous persons who live relegated to the slums or favelas or on the outskirts of urban centres, or as landless squatters in rural areas.

5. In 1988, a new Constitution gave "absolute priority to children" and laid the groundwork for greater decentralization and local autonomy, particularly for the 5,507 municipalities of the Federation, composed of 26 states and the Federal District. In 1990, Brazil adopted the Statute for Children and Adolescents, which drew its inspiration from the Convention on the Rights of the Child.

6. During the decade of the 1990s, the rate of infant mortality dropped by 38.8 per cent to 29.6 per thousand live births. Immunization coverage exceeded 90 per cent throughout the national territory and 95 per cent of children from 7 to 14 years of age were enrolled in school in 1998, representing an increase of 10.47 per cent in the net enrolment rate since 1991. The number of children between 5 and 14 years of age who were employed declined by 25 per cent between 1992 and 1999, to 2.9 million. Rapid progress, coupled with the reduction in the number of child workers, suggests that it may be possible to eradicate child labour in Brazil in the near future.

7. The socio-economic gains achieved in Brazil in recent decades have created the conditions for improving the living standards of the above-mentioned excluded segments of the population and integrating them as fully participatory citizens in Brazilian society. The challenge ahead is to identify those who are still excluded and to concentrate efforts and resources on empowering them and giving them the support they need.

8. Despite the policies and services designed to give children a good start in life, every year nearly 50,000 babies born in Brazil die in their first month of life. A third of the 2.9 million children born every year are not registered, despite public campaigns and the law providing for the free registration of births. This figure exceeded the 50 per cent mark in the north and north-east regions, which are the poorest and most marginalized in the country. According to official statistics for 1999, less than 9 per cent of children under three years of age benefitted from child development programmes. Only 57.9 per cent of children between four and six years of age were enrolled in preschool.

9. In the 1990s, primary school enrolment was 95 per cent, a significant achievement. Nevertheless, more than one million Brazilian children are still not enrolled in primary school on account of child labour, exploitation and violence, special needs, and health, nu-

trition and other problems. In addition, many of those who are enrolled do not attend school for the same reasons. The Government and non-governmental organizations are responding to the incidence of truancy (3.9 per cent) and repeat students (23.4 per cent) with a combination of curriculum reviews, teacher training, community participation in school administration, supplementary school activities, tutoring for students who need extra help, and better coordination between school, family and community. Many effective techniques and methodologies have been developed and can now be mainstreamed into national education practices.

10. Only 41 per cent of adolescents between 15 and 19 years of age complete eight years of primary education; one third of those complete secondary school. This leaves a population of more than 8 million young Brazilians who, unless they receive immediate support, would be facing life undereducated and with no skills. Dealing with this situation now will help to ensure that they are better prepared to take care of themselves and their families in their adult lives, and that they are able to participate fully in the political, social and economic life of the country.

11. Experience has shown that the sense of identity and independence of adolescents can be developed through their participation in educational, cultural, sporting and community activities from an early age. There is evidence that participation in these activities reduces the risks of substance abuse, early or unwanted pregnancy and gang-related violence. Adolescents are particularly vulnerable to HIV/AIDS, early pregnancy, drug use and violence. Growing violence among boys between 15 and 19 years of age reduces the life expectancy of males by three years. Of the 21 million adolescents in Brazil, nearly 30,000 are detained every year and placed in institutions that offer limited opportunities for their psychosocial and physical development. The truth is that adolescents are more likely to be victims, not perpetrators, of violence.

12. Child labour, sexual abuse and exploitation, domestic and institutional violence and HIV/AIDS occur throughout the life cycle affecting children from birth to adolescence. Minimum income programmes for poor families, coupled with extra curricular activities, teacher training and changes in social attitudes have helped to reduce the incidence of child labour and increase access to schools as well as attendance and performance levels.

13. The adverse impact of domestic and community violence, as well as the sexual abuse and exploitation of children, are being increasingly recognized as public issues with short- and long-term consequences. In addition to encouraging people to report cases of abuse, campaigns and more effective monitoring are leading to coordinated action by governmental and non-governmental institutions and civil society.

14. These and other risks to children and adolescents can be addressed through an effective system of protection of rights as defined in the Statute for Children and Adolescents, of 1990. The model developed in Brazil is advanced and highly innovative and the next step is to ensure its full implementation in all municipalities in the country. This can be achieved by strengthening the Children's Rights Councils, Guardianship Councils and other municipal councils, ensuring that the relevant ministries provide care and services, and that the population is generally well informed about children's rights and about how to mobilize to ensure that all children can enjoy them.

15. Brazil has made tremendous progress towards achievement of the goals established at the World Summit for Children and endorsed in the Santiago Agreement in such areas as health, nutrition and education. At the Fifth Ministerial Meeting on Children and Social Policy in the Americas, held in Kingston, Jamaica, Brazil was recognized for achieving 8 of the 13 measurable goals. Progress was made towards the universalization of primary education, reduction in the infant mortality rate and other health-related goals such as the reduction of severe and moderate malnutrition, reduction in low birth weight, eradication of poliomyelitis, a 95 per cent reduction in measles-related deaths, a high level of immunization coverage against diphtheria, pertussis, measles, poliomyelitis, tuberculosis and tetanus in women of childbearing age, a 50 per cent reduction in deaths from diarrhoeal diseases in children under five years of age and a 25 per cent decrease in the incidence of diarrhoea.

16. Brazil has considerable progress to report and many valuable lessons to share.

The Brazilian Government is working to finalize its first report to the Committee on the Rights of the Child on the implementation of the Convention on the Rights of the Child during the period 1990-2001.

Item 3. Achievements and lessons learned from past cooperation

17. The UNICEF Cooperation Programme in Brazil for the 1994-2000 period, entitled "The right to have rights", played a key role in mainstreaming the rights of the child into the national political agenda by encouraging the Government to adopt that approach in implementing and conducting public policy towards children and adolescents. The capacity-building and social mobilization strategies adopted by UNICEF were effective in arousing public indignation, promoting new initiatives, and mobilizing resources to tackle such sensitive issues as violence against children and sexual abuse, social exclusion and disparities, maternal mortality, the poor quality of basic education, resulting in children being held back or dropping out of school, and child labour as a denial of the right to education, development and a future.

18. The credibility, transparency and institutional support of UNICEF were basic pillars for building and strengthening cooperation and alliances. Partnerships with the Government at the federal, state and local levels, with non-governmental organizations (NGOs), the private sector and other international organizations helped to consolidate and expand a number of projects. Many of them became substantive programmes or regional and national public policies. Of particular note are the community health and family health workers programmes, the childcare programme, the national union of municipal educational administrators (UNDIME), the Small Business Support Centres in the states of Pernambuco and Sergipe, the National Agency for the Rights of the Child (ANDI), the Movement for the Right to Education in the state of Rio Grande do Sul and the Education Covenant in Minas Gerais, and the Centre for the Defence of the Rights of Children and Adolescents (CEDECA) in Bahia, which is addressing issues of impunity, among others.

19. The rights-of-the-child approach has demonstrated greater potential for mobilizing society and securing social benefits for children than the former approach labelled "Children in especially difficult circumstances". This new paradigm is reflected in the Statute for Children and Adolescents. The task now is to mainstream and institutionalize this approach. The Guardianship Councils and Councils for the Protection of the Rights of Children and Adolescents, the judiciary, the office of the Public Prosecutor and other offices

that provide special protection, together with the educational, health and social welfare systems must now evaluate the impact of this approach on the way they work and take the necessary steps to modernize their traditional practices on the basis of this major shift in paradigms. The climate is now favourable for national mobilization for the rights of the child in support of these efforts.

20. During the period from 1994 to 2000, UNICEF expanded its cooperation base and strengthened partnerships with NGOs and municipal governments, the private sector and parliamentarians. In the area of education, drawing inspiration from the 1999 World Conference on Education for All, and its outcome document, UNICEF strengthened cooperation with its partners, evaluated and compiled successful experiences throughout the country and published a number of documents on educational development policies. In the mid-1990s, it launched a partnership with Itau Bank, which has proved to be very effective in obtaining resources and mobilizing society and the Government to promote better access to basic education, increase the number of children who remain in school and reduce the number of failures. Between 1994 and 1999, the school enrolment rate rose from 87.5 per cent to 95.4 per cent, and there was a slight reduction in the imbalance between age and academic level, which fell from 47 to 44 per cent between 1996 and 1999. UNICEF was a partner in the national, state and municipal efforts that together produced these extraordinary results.

21. In the area of health, UNICEF has concentrated its efforts mainly on the decentralization of the national health-care model and on initiatives to promote health, by supporting such programmes as the Community Health Workers (PACS) programme, the Family Health Programme (PSF) and the childcare network, which has expanded significantly in recent years. PACS provide support and health education through its network, of 142,000 health workers in 4,559 Brazilian municipalities, who serve a population of 81 million. PSF, which promotes basic home health care, has 9,664 teams in 2,968 municipalities serving a population of 33.3 million. Under the childcare programme, approximately 150,000 community volunteers make house calls to promote early childhood health care.

22. Throughout the current Cooperation Programme, UNICEF has channelled a major portion of its technical and financial resources into programmes to implement the provisions of the Statute for Children and Adolescents. This includes the establishment of additional Councils for the Protection of the Rights of Children and Adolescents and Guardianship Councils and the provision of training for their members. UNICEF also advocates for the establishment of special judicial procedures for children and adolescents, governmental units specializing in children's issues, defence procedures and procedures for restructuring institutions involved in providing assistance to children and adolescents in exceptionally vulnerable social and personal situations.

23. UNICEF has also focused its efforts on child labour with significant results. It has provided information to and mobilized civil society and the Government on this issue and has also given support to various projects aimed at eradicating child labour, including the establishment of the National Forum for the Eradication of Child Labour. Composed of NGOs, governmental agencies and professional associations, the Forum is developing strategies for the prevention and eradication of all child labour in the country. During the period from 1995 to 1999, 1.3 million children and adolescents from 5 to 16 years of age

were rescued from child labour. UNICEF played a key role in the launching of a national campaign, in conjunction with 40 NGOs and the Federal Government, to highlight the importance of sanitation and to remove 50,000 children from scavenging. By late 2001, some 40,000 children had given up scavenging to attend school on scholarships.

24. In 1995, UNICEF launched a national dialogue on the monitoring and participatory control of social spending, particularly for childhood and adolescent programmes. It also began monitoring the implementation and regulation by Congress and the Government of the legislation governing the implementation of the Statute. In the area of communication, UNICEF significantly expanded its cooperation with the Rights of the Child News Agency (ANDI), which has played a key role in promoting a change in attitude among journalists, encouraging them to monitor and promote respect for the rights of the child through the mass media in Brazil.

25. The fact that UNICEF-supported activities and projects were scattered throughout the country was one of the main obstacles to implementing the 1994-2000 Cooperation Programme. This fragmentation and dispersion impeded effective monitoring and evaluation of UNICEF-supported initiatives. The synergy and integration between activities at the national level (in Brasilia) and those carried out by the regional offices were also affected but have improved over the past two years.

26. The 1997 midterm review process highlighted the need for greater intersectoral efforts and introduced an interdisciplinary and participatory approach to the programme. To this end, the administrative number of hierarchical levels was reduced in an organizational restructuring; UNICEF began to redirect its resources towards areas in which they would have greater impact and to strengthen its monitoring and evaluation mechanisms. In addition, and as a result of these recommendations, it became necessary to change the programme structure, which was primarily sectoral, so that the planning and programming of UNICEF activities could be based on a more integral rights-based vision of children and adolescents. The midterm review also noted that, by functioning as a network, the five UNICEF offices in the poorest regions of Brazil had a comparative advantage which the other institutions lacked. Partnerships with United Nations agencies, the World Bank, the International Labour Organization (ILO) and the United States Agency for International Development (USAID) produced positive synergies in terms of both local institution-building and national advocacy and efforts to promote policies that protect the rights of children.

27. As a result of the midterm review, between 1999 and 2000, planning and management processes were redefined and changed to emphasize quality, the introduction of participatory planning methodologies, more horizontal coordination mechanisms with clearly defined responsibilities, better definition of the criteria for allocating resources, and a clearer definition of the roles and functions of the Brasilia and area offices.

28. The transfer of the central office of the Private Sector Division (PSD) from Sao Paulo to Brasilia in 1999 helped to ensure better integration between the collection of voluntary donations and programming activities. This physical proximity has already yielded results, the main one being the greater visibility of UNICEF programmes to national donors.

29. It was also observed that the renewal and strengthening of new and existing partnerships are crucial to the full recognition of children's rights. To this end, ties were

strengthened with traditional partners in the Ministries of Health and Education, municipal health and education directors, journalists and paediatricians to promote child survival and development in Brazil. At the same time, new partnerships were established with the Office of the Secretary of State for Human Rights of the Ministry of Justice, the Office of the Secretary of State for Social Assistance of the Ministry of Social Welfare, and the Oversight Office of the Ministry of Labour and Employment. Cooperation with the private sector is steadily increasing not only because it is a source of potential donors, but also with the aim of encouraging it to become more socially responsible.

30. The relationship with the media has been crucial for keeping social and children's rights issues on the public agenda. In the past decade, the quality of media coverage of topics related to respect for and violation of the rights of children and adolescents rights has significantly expanded and improved. This was partly due to the decisive support of UNICEF for the strengthening of ANDI and to the rapid increase in access to computers and the Internet, which has forced UNICEF to constantly update its information and communications technologies.

31. All of these initiatives have been reflected positively in the steady increase in the collection of funds in Brazil, particularly through the sale of UNICEF cards and other items. Between 1995 and 2002, the annual show, "Criança Esperança", broadcast live over the "Globo" Network, brought in US\$ 28.2 million, while the sale of other items brought in gross earnings of US\$ 46.6 million between 1990 and 2001 and direct mailings brought in US\$ 14.3 million between 1993 and 2001. Joint fund-raising efforts with the private sector began to bear fruit in 1995, bringing in US\$ 11.5 million during the period 1995-2000. Recognition of the work being done by UNICEF, as expressed by the Brazilian public through the collection of funds, has increased the demand for a better selection of programmes and projects and for more effective mechanisms for the supervision, monitoring and evaluation of the results of UNICEF-supported initiatives.

Item 4. Relationship of the 2002-2006 Cooperation Programme to national and UNICEF priorities

32. In keeping with the overall aim of supporting the country in the promotion, protection and equal and universal guarantee of the rights of children and adolescents, the 2002-2006 Cooperation Programme will develop strategies for achieving progress in the implementation of the purposes and principles of the Statute for Children and Adolescents and the Convention on the Rights of the Child. The proposed programme takes into account the move towards greater decentralization -and the establishment of the social control mechanisms provided for in the Brazilian Constitutions as well as current sectoral policies.

33. UNICEF is aware that general elections will be held in October 2002 and is prepared to negotiate fully with the elected Government, within the framework of its Cooperation Programme. UNICEF will facilitate this process by acting as a bridge between successful current programmes and initiatives and the aims and intentions of the country's new Government in order to highlight lessons learned and methodologies that might support the implementation of the Statute for Children and Adolescents.

34. The Cooperation Programme is consistent with and contributes to the achievement of the objectives and goals of the Multi-annual Plan of Action (PPA) developed by the Government for the next five years to reduce the disparities and poverty affecting sizeable seg-

ments of the Brazilian population. UNICEF should therefore provide particular support to government policies aimed at combating poverty, notably the operation of the Fund to Combat and Eradicate Poverty, which was established in 2000 for a period of 10 years with more than US\$ 2.2 billion in resources. Such resources must be allocated to additional nutrition, shelter, education and health programmes to increase household income, and to other important social programmes designed to improve the quality of life.

35. Moreover, the Programme is still based on cooperation with agencies of the United Nations system in the context of the common country assessment and the United Nations Development Assistance Framework (CCA/UNDAF) and the need to integrate the human development and human rights approaches. From that perspective, UNICEF has developed and disseminated the Child Development Index (CDI) to supplement the Human Development Index, in the belief that the phase from 0 to 6 years in a child's life cycle is critical to the achievement of full human development - since the essential and differentiated needs and rights of childhood development condition the subsequent phases in the life and development of the individual (Source: *The State of the World's Children 2001 - Brazil*).

36. UNICEF will have to continue to harmonize its activities with the social programmes executed by the various ministries in the areas of child development, education and the training of local leaders and administrators.

37. Securing the commitment and participation of the Brazilian Government (at the federal, state and municipal levels), and of non-governmental institutions, civil society organizations, youth groups and the private sector at the special session of the United Nations on children and in the Global Movement for Children has been a priority of UNICEF. This participation is regarded as being of crucial importance in ensuring that the goals and commitments to be defined at the special session of May 2002 by heads of Government and civil society organizations in which children participate - most of them consistent with the goals of the new Cooperation Programme - are appropriate and implemented effectively over the next 10 years.

Item 5. Goals and strategies of the Cooperation Programme

38. The Cooperation Programme 2002-2006 is designed to support national efforts aimed at guaranteeing the full enjoyment of their rights by all children and adolescents. This will require an effective reduction in the unequal distribution of income and in the inequities in the allocation and appropriation of public resources, which lead to poverty and social exclusion for broad sectors of the population. Children and women are hardest hit by these phenomena, resulting in disparities and inequality in access to child development and education services; poor quality of basic education; restricted access to and low adolescent enrolment rates in good secondary schools (the net secondary school enrolment rate in Brazil was 32.6 per cent in 1999). The situation is compounded by a lack of comprehensive health-care services for mothers and children, with only 46 per cent of pregnant women receiving prenatal care consisting in more than six visits in the year 2000. Completing this picture are the deficiencies in the system that guarantees the protection of the rights of children and adolescents and in the implementation of socio-educational and protective measures.

39. The inequalities in education in Brazil are reflected in the data from the 2000 census by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). In Brazil, a poor child (7

to 14 years of age) is eight times more likely not to attend school than a rich child. Among adolescents (12 to 17 years of age), the poor are 21 times more likely to be illiterate than the rich. A girl child born to a mother who has had little schooling is 11 times more likely to be out of school than a girl child whose mother has had many years of schooling. Adolescent boys with mothers who left school early are 23 times more likely to be illiterate than the sons of mothers with a high level of education. There are also inequalities based on race or ethnic group and other deficiencies in the system. Dark-skinned children are twice as likely to be out of school as white-skinned children; dark-skinned adolescents are three times as likely to be illiterate as their white-skinned counterparts. Children with nutritional deficiencies are twice as likely to be out of school as children without deficiencies; malnourished adolescents are three times as likely to be illiterate as those without deficiencies. In terms of area of residence, children in the rural area are three times less likely to attend school than children in urban areas. An adolescent in a rural area is four times more likely to be illiterate than an adolescent in an urban area. An analysis by gender reveals that a male adolescent is twice as likely to be illiterate as a female adolescent.

40. In this context, the main purpose of the Programme is to support the country in the promotion, protection and equal and universal guarantee of the rights of children and adolescents, as set out in the Statute for Children and Adolescents and the Convention on the Rights of the Child. To that end, the 1994-2000 Programme laid the groundwork and important guidelines for consolidating and designing a rights-based programme. This strategy which combines successful activities from the previous cycle with new opportunities identified in the situation analysis -| is rooted in support for public processes and policies that are universal in scope and stress the user's right to adequate services, particularly among the most disadvantaged groups.

41. On the basis of the child's life-cycle approach, five multisectoral subprogrammes to implement these strategies were included in the Cooperation Programme: "Child development", "Education for inclusion", "Adolescent citizenship", "Guarantee of rights and protections", and "Monitoring and communication for children's rights". The latter two subprogrammes complement the other components of the Programme through synergistic and supplementary activities.

42. The objectives and strategies outlined in each programme are governed by the principles of inclusion, universality, non-discrimination, participation and the best interest of the child within the context of an intersectoral approach. The child's best interest means that UNICEF will continue to put children and adolescents at the centre of the national agenda and will work to ensure that the rights of boys and girls are fully recognized in public policy. The statute for Children and Adolescents, the Convention on the Rights of the Child and the sectoral laws that shape public policy will constitute the framework for the mobilization, advocacy and institution-building strategy that UNICEF will be pursuing in partnership with the Government, civil society and the private sector.

43. In the macrosocial area, the Programme seeks to help reduce disparities through strategies to promote a more equitable allocation and appropriation of social spending and investment in children. Of particular note are the strategies for advocacy, mobilization, technical assistance and participatory monitoring of the Government budget for poverty reduction programmes and education, health, justice and social welfare policies.

44. The aggregate value of UNICEF activities at all administrative levels (federal state and municipal), in all sectors and with a broad range of actors participating in the formulation and implementation of public policies towards children will be maintained and strengthened. UNICEF will also maintain and expand its capacity to undertake studies, research and evaluations - which are essential for designing strategies and supporting decision-making - in addition to continuing its support for the production and dissemination of information and social indicators on children and adolescents.

Item 6. Programme objectives and description

45. Programme objectives give priority to the life cycle of children and adolescents, while incorporating certain aspects that persist throughout the cycle and which are of vital importance to the enjoyment of their rights. It is therefore hoped that the activities of UNICEF are helping to: (i) strengthen families to enable them to improve the survival, development, participation and protection of children from pregnancy to six years of age, with the support of community health workers, volunteers, childcare facilities and other infant and preschool educational activities; (ii) improve access to and the quality of basic education for children from 7 to 14 years of age and eliminate exclusionary practices in schools, while providing comprehensive health care and opportunities for participation, information, culture, sports and recreation in schools and other places of learning, and supporting the participation of the families and communities of children in their education by strengthening school councils and school curriculums and projects to ensure that all children are placed in appropriate learning environments; (iii) improve access to and the quality of secondary schools, comprehensive health care and opportunities for participation, professional training, culture, sports and recreation for adolescents; (iv) ensure the proper functioning of the system for the protection of rights and the development of policies for the protection of children and adolescents whose rights are threatened or violated, ensuring their coverage under basic universal policies without discrimination and with special emphasis on and access to justice,

46. To complement and support the achievement of the above-mentioned objectives, activities related to the planning, monitoring and evaluation of the Cooperation Programme and to the evaluation of the policies and initiatives of UNICEF will be developed. Activities that are part of the communications strategy will also be included in order to publicize the activities of UNICEF and their results and to strengthen the capacity of the media to promote the rights of children and adolescents in the various spheres of Brazilian society.

47. A breakdown of the programmes by project, strategy, geographic area, target public and partnerships designed to achieve the objectives of the programmes is contained in annex I, which sets out the operational programme of action for the period 2002-2006.

Item 7. Budget for Cooperation Programme

48. The Executive Board of UNICEF approved a budget of US\$ 90 million for the period 2002-2006. Approximately 5 per cent of this amount would come from regular resources from UNICEF Headquarters - subject to the availability of funds. The rest represents the maximum amount that can be received, by Brazil or by a national committee.

COOPERATION PROGRAMME - BRAZIL - 2002-2006						
	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Childhood development	2 052 000	2 736 000	4 104 000	2 736 000	2 052 000	13 680 000
(15.2 %)						
Education for inclusion	2 793 600	3 492 000	4 539 600	3 317 400	3 317 400	17 460 000
(19.4 %)						
Adolescent citizenship	1 698 750	2 242 350	3 941 100	4 416 750	1 291 050	13 590 000
(15.1 %)						
System of rights and protections	2 421 000	4 842 000	7 263 000	6 052 500	3 631 500	24 210 000
(26.9 %)						
Monitoring and communication for children's rights	356 400	616 000	913 000	653 400	431 200	2 970 000
(3.3%)						
Cost of staff	3 618 000	3 618 000	3 618 000	3 618 000	3 618 000	18 090 000
(20.1 %)						
Total	12 939 750	17 546 350	24 378 700	20 794 050	14 341 150	90 000 000

Item 8. Management of the Cooperation Programme

49. The Country Management Team, headed by the UNICEF representative in Brazil, will be responsible for managing the Cooperation Programme. It is comprised of the coordinators of the six area branch offices with ongoing programmes, the national programme coordinator, the operations officer, the resource mobilization manager and a representative of the staff association.

50. In order to ensure that UNICEF resources are used to pursue the objectives defined in this Cooperation Programme, annual plans of action shall be elaborated in a participatory process involving the strategic partners. During this process, the heads of the area branch

offices and of the Brasilia shall jointly analyse and redefine the project objectives proposed by the partners, the expected outcomes and the resources required. The sustainability of the actions proposed will be ensured through a careful analysis of the institutional capacity of the organizations proposing them and on the basis of prior cooperation experiences with UNICEF.

51. The projects and partnerships selected, together with the resources, to be allocated, shall be included in the annual plans of action of each office for subsequent review and analysis by Programme focal points prior to being submitted for analysis and approval by the Country Management Team.

52. The annual plans of action shall become operational when funds are available in accordance with the Terms of Cooperation to be agreed between UNICEF and the partner institutions for the implementation of jointly elaborated projects.

53. A substantial part of the necessary funds for implementation of UNICEF-supported projects shall be obtained from the private sector and from donations from Brazilian society. Two branch offices shall be responsible for coordinating and items conducting awareness-raising and social mobilization campaigns, the sale of (greeting cards and gifts), direct mail, telephone or Internet campaigns.

54. The Country Management Team shall meet at least twice a year to analyse the implementation of the Programme, the progress made and difficulties encountered, and to evaluate the practicality of the plans of action proposed for the following year and the need to adjust the strategies defined.

55. In order to monitor the proper application of resources, the Country Management Team is supported by the Office of Internal Audit, appointed by the Executive Director of UNICEF, and by a United Nations Board of Auditors appointed by the General Assembly, as the sole organ authorized to conduct periodic external audits of the Organization's accounts. The Executive Director of UNICEF, who is also head of the Audit Committee, shall be required to respond to the comments and recommendations contained in the reports of the United Nations Board of Auditors. The Office of Internal Audit shall be responsible for examining the internal oversight evaluation and mechanisms used to monitor the performance of the office, identifying potential obstacles to the achievement of programme objectives, and recommending the measures to be taken. The Audit Committee; shall be responsible for planning internal audits and investigations and for monitoring progress in the implementation of the recommendations of internal and external audits.

Item 9. Coordination with other partners

56. The Cooperation Programme shall be implemented with the participation of a broad range of governmental and non-governmental partners, many of whom will be new, depending on the programmes proposed. In the programmes proposed, will work preferably with Ministries of Health, Education, Justice, Social Welfare, Labour and Employment, with IBGE and with selected state and municipal governments. We will work with non-governmental organizations that 'have demonstrable expertise in the thematic areas of the Programme.

57. The Programme will cooperate closely with the agencies of the United Nations system within UNDAF. Ongoing coordination under all components of the Cooperation Programme will be strengthened in this new cycle.

Item 10. Monitoring and evaluation

58. Annex I sets out the Programme Plan of Operations and the Integrated Monitoring, Evaluation and Research Plan (IMERP) for the five-year period during which the Cooperation Programme is to be implemented. During the preparatory phase, process and outcome indicators and their means of verification were defined. These will be used to monitor and interpret changes in the objectives of the Cooperation Programme. In general, the indicators track the various phases of the life cycle of children and adolescents. The Programme Plan of Operations contains a breakdown of programme operations. The main studies and evaluations to be undertaken during the period are identified in each subprogramme.

59. The first phase of the child's life cycle will be monitored using indicators of children's needs and development in their first phase of life. Similarly, the development of adolescents (12 to 18 years of age) will be monitored using indicators of the situation of this segment of the population and disparities in their living conditions and access to services.

60. A new dimension in monitoring adolescents' perceptions of and attitudes to their rights ("The voice of adolescents") will be introduced into the Cooperation Programme as a tool for strengthening the mobilization and participation of this group in the search for solutions to problems that affect the enjoyment of their rights. Particular emphasis should be placed on monitoring the implementation of the goals and commitments of the special session and of the Global Movement for Children, with the adaptations and additions necessitated by the country's specific situation, mainly in the context of the implementation of the statute for children and adolescents. A vital input in monitoring the goals that have just been established is the research project on demography and family health to be conducted in 2001 by the Ministry of Health, with the support of various institutions, including UNICEF. A similar research project is scheduled to be undertaken in 2006. Regular reports from the sectoral ministries and the IBGE National Household Surveys will be key inputs for such monitoring.

61. Participatory monitoring of social spending and investment in children and adolescents, including the 20/20 Initiative, will be aimed at ensuring equity and the participation of organized civil society in the social control of municipal public expenditure.

62. Under IMERP, evaluations and studies will be undertaken on domestic violence and sexual abuse, the Friend of Children Hospital Initiative, and child development and sexually transmitted diseases (STD)/AIDS. Annual reviews and monitoring of the various components, projects and subprojects will be carried out with the participation of the main regional and national counterparts and partners, using available or specially developed indicators. Periodic visits to the projects and programme are made by the Brazilian Cooperation Agency (ABC) and the practice should be followed by other government institutions interested in the activities and programmes supported by UNICEF.

63. In addition to annual reviews of the Cooperation Programme, to be carried out in conjunction with the relevant counterparts and partners, a midterm review will be conducted between May and October 2004 to evaluate the outcomes achieved and make course corrections in the light of changes that have occurred in the country.

Item 11. Commitments of UNICEF

64. The Executive Board of UNICEF approved a total commitment of an amount not greater than or equivalent to US\$ 3,750,000 from the regular funds of UNICEF, subject to the availability of funds, in support of the activities outlined in this Master Plan of Operations for the period commencing on 1 January 2002 and ending on 31 December 2006.

65. The Executive Board of UNICEF also authorized the Fund to seek additional funding in support of the implementation of the programmes outlined in this Master Plan of Operations, described herein as Other Funds, in an amount equivalent to US\$ 86,250,000. Securing this funding will depend on the level of awareness of donors and their interest in the proposed projects. To this end, UNICEF undertakes to seek the support of the local and international donor community.

66. The above-mentioned resource commitments and proposals shall be without prejudice to the receipt of resources in response to emergency appeals launched by the Government or by the United Nations system in response to an appeal by the Government.

67. UNICEF support for the development and implementation of activities under the Programme Plan of Operations may include technical and/or financial contributions, supplies and equipment, transport, funding for advocacy, research and studies, advisory services, programme development, monitoring and evaluation, training activities and support teams. A portion of the support provided by UNICEF may be given to non-governmental and civil society organizations, as provided for in the individual programmes.

68. UNICEF shall appoint project officers and consultants for the development and administration of the programme and for monitoring and evaluation activities.

69. As they are subject to annual reviews and to progress achieved in the implementation of the programme, UNICEF funds shall be disbursed in accordance with the annual calendar and the Programme Plan of Operations. These budgets shall be revised and presented in greater detail in the Project Plan of Action.

70. UNICEF shall consult national ministries and beneficiary institutions regarding timely requests for funds, supplies and equipment or services. UNICEF shall keep the officials concerned informed of the procurement of goods and inputs in order to facilitate their release, storage and distribution.

71. UNICEF reserves the right to recover any goods and assets that are not utilized for the specific purposes set out in this Master Plan of Operations and in the Plan of Action of annual projects.

Item 12. Counterpart resources from the Government and beneficiary institutions

72. Institutions benefitting from the resources provided by UNICEF shall specify, in their respective Terms of Cooperation and project documents the counterpart inputs necessary for the implementation of cooperation activities, in the form of personnel, assets, installations or supplies.

73. The Government will support the efforts of UNICEF to: (i) raise funds to meet the needs of the Cooperation Programme; (ii) mobilize potential donor Governments to provide the necessary funds for the implementation of those components that are not financed by the programme; (iii) raise funds for the Programme in the private sector, both in Brazil and at the international level; and (iv) mobilize contributions from individuals, corpora-

tions and foundations in Brazil in support of the programme for children under the applicable national legislation.

74. National beneficiary institutions must designate the names, titles and accounting information of the authorized beneficiaries of UNICEF grants. The responsible individuals shall utilize the resources provided by UNICEF in accordance with national legislation, where appropriate, and with the norms and procedures of UNICEF, ensuring in particular, that disbursements are made against previously approved budgets and that accounting and technical reports are submitted to UNICEF within three months of the receipt of the resource. Any financial resource that is not utilized or which cannot be utilized in accordance with the original plan shall be returned to UNICEF. The financing of travel, salaries and fees shall be based on Government rates but may not exceed those currently applied in the United Nations system.

75. Beneficiary institutions shall cooperate with UNICEF teams making periodic visits to project sites and observing programme activities for the purpose of evaluating progress and gathering information for programme/project development and for monitoring and evaluation purposes.

76. In carrying out periodic programme reviews and in planning meetings, including annual reviews, annual planning meetings and the midterm review, the Government shall encourage and facilitate the participation of donors, United Nations agencies, members of the Executive Board of UNICEF and non governmental or civil society organizations in the most appropriate manner.

77. The outcome of the Cooperation Programme and the lessons learned shall be disseminated through the national and international media.

Item 13. Final provisions

78. This Master Plan of Operations shall supersede any other Master Plan of Operations previously adopted and shall become effective upon the signing of the appropriate instrument of cooperation between the Brazilian Government and UNICEF. It is understood that the Master Plan of Operation shall cover programme activities to be implemented during the period from 1 January 2002 to 31 December 2006.

79. The Master Plan of Operations and the Programme Plan of Operations may be amended by agreement between the Government of Brazil and UNICEF, on the basis of annual reviews, the mid-term review, or in circumstances deemed to be appropriate by both the Brazilian Government and UNICEF.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE FONDS DES NATIONS UNIES POUR L'ENFANCE RELATIF À LA MISE EN OEUVRE DE PROJETS ET D'ACTIVITÉS DE COOPÉRATION DANS LE CADRE DU PLAN DIRECTEUR 2002-2006 DU FONDS DES NATIONS UNIES POUR L'ENFANCE AU BRÉSIL, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DU 28 MARS 1966 ENTRE LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL ET LE FONDS DES NATIONS UNIES POUR L'ENFANCE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil (ci-après dénommé "le Gouvernement") et le Fonds des Nations Unies pour l'enfance (ci-après dénommé "l'UNICEF"),
Conjointement dénommés "les Parties",

Considérant que les relations de coopération entre les Parties contractantes s'inspirent de l'Accord du 28 mars 1966 entre le Fonds des Nations Unies pour l'enfance et le Gouvernement du Brésil, promulgué par décret No 62.125 du 6 janvier 1968,

Désireux de poursuivre leur partenariat en vue d'améliorer la situation des enfants et des femmes au Brésil par le renforcement de la coopération afin de s'assurer que tous les enfants brésiliens jouissent des droits consacrés dans la Convention relative aux droits de l'enfant,

Considérant qu'il serait nécessaire de promouvoir la coopération entre les Parties contractantes dans le domaine susmentionné,

Sont convenus de ce qui suit :

TITRE PREMIER. BUT

Article premier

Le présent Accord complémentaire établit le cadre pour la mise en oeuvre du Plan directeur 2002-2006 du Fonds des Nations Unies pour l'enfance au Brésil.

Premier paragraphe. L'objet principal du Plan directeur 2002-2006 consiste à élaborer des stratégies visant à promouvoir la mise en oeuvre des principes et des buts du Statut de l'enfant et de l'adolescent et de la Convention relative aux droits de l'enfant.

Deuxième paragraphe. Le Plan directeur 2002-2006 comprend cinq sous-programmes:

1. Développement de l'enfant;
2. Intégration par l'éducation;
3. Adolescents citoyens à part entière;
4. Garantie des droits et protection;
5. Suivi et communication en matière de droits de l'enfant.

Troisième paragraphe. Les principaux résultats attendus de la mise en oeuvre du Plan directeur 2002-2006 sont les suivants :

1) Améliorer le taux de survie, le développement, la participation et la protection des enfants dès la grossesse jusqu'à l'âge de 6 ans, notamment grâce à la coopération avec les familles, l'appui des garderies et autres types d'activités éducatives adaptées aux enfants en bas âge et aux enfants d'âge préscolaire;

2) Permettre un meilleur accès à une éducation de base de qualité aux enfants de 7 à 14 ans et éliminer les pratiques d'exclusion dans les écoles, tout en favorisant des soins de santé complets et des possibilités de participation, d'information, de culture, de sports et de loisirs dans les écoles et autres lieux d'apprentissage, et en encourageant les familles et les communautés à participer à l'éducation des enfants par le renforcement des conseils scolaires, des programmes scolaires et des projets d'enseignement visant à assurer un milieu d'apprentissage approprié pour tous les enfants;

3) Améliorer l'accès à un enseignement secondaire et à des soins de santé complets de qualité et offrir aux adolescents des possibilités de participation, de formation professionnelle, de culture, de sports et de loisirs;

4) Garantir le fonctionnement du système de protection des droits et l'élaboration de politiques visant à protéger les enfants et les adolescents dont les droits sont menacés ou bafoués, en leur assurant une couverture conforme aux principes fondamentaux universels sans discrimination et un accès à des services spécialisés et à la justice;

5) Mobiliser la société civile et les administrations publiques pour défendre et promouvoir les droits des enfants et suivre la situation des enfants et des adolescents dans toutes les régions du Brésil, en attirant l'attention sur les régions dont l'incidence des violations des droits est élevée et en travaillant avec les médias pour élargir et améliorer la couverture des questions relatives aux enfants et aux adolescents.

TITRE II. MISE EN OEUVRE

Article 2

Le Gouvernement désigne l'Agence de coopération brésilienne du Ministère des affaires étrangères (ci-après dénommée "ABC/MRE") en qualité de responsable du suivi de la mise en oeuvre du présent Accord complémentaire.

Article 3

L'UNICEF désigne sa représentation au Brésil en qualité de bureau responsable de la gestion du Plan directeur 2002-2006.

Article 4

Les projets et activités retenus pour la mise en oeuvre dans le cadre du Plan directeur 2002-2006 sont approuvés aux termes des modalités de coopération qui seront signées entre l'UNICEF et les institutions bénéficiaires nationales.

Premier paragraphe. Le but du projet, les résultats attendus, l'institution bénéficiaire nationale, la durée du projet, la contribution financière de l'UNICEF, la contribution de contrepartie par l'institution bénéficiaire nationale et toutes autres sources de financement sont définis dans les modalités de coopération.

Deuxième paragraphe. Les bénéficiaires visés au premier paragraphe du présent article pourront désigner, d'un commun accord avec l'UNICEF, des agents d'exécution pour un ou plusieurs éléments du projet.

Troisième paragraphe. Le Gouvernement et l'UNICEF établissent, d'un commun accord, les procédures d'approbation, de mise en oeuvre et d'évaluation des projets à exécuter au titre des sous-programmes figurant dans le Plan directeur 2002-2006.

TITRE III. OBLIGATIONS

Article 5

L'UNICEF :

a) Fournit un montant approximatif de 3 750 000 dollars des États-Unis prélevé au titre de son budget ordinaire pour appuyer les activités énumérées dans le Plan directeur 2002-2006, sous réserve de la disponibilité des fonds;

b) Mobilise des fonds additionnels en appui à la mise en oeuvre des programmes précisés dans le Plan directeur, ci-après dénommés "autres fonds", pour un montant maximum de 86 250 000 dollars des États-Unis. Ces fonds seront assurés à mesure que les donateurs prendront connaissance des projets proposés et manifesteront leur intérêt. À cette fin, l'UNICEF s'engage à mobiliser l'appui de la communauté des donateurs aux niveaux local et international;

c) Fournit un appui technique et financier à titre gracieux, des fournitures et du matériel, le transport, des fonds pour des activités de promotion, des recherches et des études, des services consultatifs, l'élaboration, le suivi et l'évaluation de programmes, des activités de formation et une équipe d'appui pour la mise en oeuvre des projets identifiés dans le Plan directeur. Une partie de l'appui de l'UNICEF pourra être accordée à des organisations non gouvernementales et de la société civile, selon qu'il sera convenu dans chaque programme individuel;

d) Nomme des administrateurs de projets et des consultants chargés de l'élaboration et de l'administration du programme, ainsi que des activités de suivi et d'évaluation;

e) Entretient des contacts étroits avec les institutions bénéficiaires nationales en ce qui concerne la gestion matérielle et financière des projets.

Article 6

Le Gouvernement :

a) Applique à l'UNICEF, à ses biens, fonds et avoirs, ainsi qu'à ses fonctionnaires, y compris les experts d'assistance technique, les dispositions de la Convention relative aux privilèges et immunités des Nations Unies et de l'Accord type relatif à une assistance tech-

nique entre le Gouvernement du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses institutions spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique;

b) Suit et évalue, par l'intermédiaire de l'ABC/MRE, les aspects techniques des activités prévues dans le Plan directeur 2002-2006;

c) Facilite aux donateurs de l'UNICEF, aux institutions des Nations Unies, aux membres du Conseil d'administration de l'UNICEF et aux organisations non gouvernementales et de la société civile leur participation, de la manière la plus appropriée, à l'examen des programmes et aux réunions de planification, y compris les examens annuels, les réunions de planification annuelles et l'examen à mi-parcours.

Article 7

Les institutions bénéficiaires nationales :

a) Indiquent, dans leurs modalités de coopération et descriptifs de projets respectifs, les contributions de contrepartie nécessaires à la mise en oeuvre des activités de coopération, y compris le personnel, les biens, les installations et les fournitures;

b) Désignent les noms, les titres et les renseignements sur les comptes des bénéficiaires autorisés à recevoir et à répartir les ressources allouées par l'UNICEF aux projets de coopération;

c) Utilisent les ressources fournies par l'UNICEF conformément à la législation nationale, le cas échéant, et selon les normes et procédures de l'UNICEF, en les combinant avec les allocations budgétaires préalablement approuvées;

d) Présentent les états comptables et les rapports techniques à l'UNICEF dans les trois mois à compter de la date de réception des ressources;

e) Retournent à l'UNICEF toutes les ressources non utilisées ou les ressources qui ne peuvent être utilisées pour un projet tel que conçu à l'origine;

f) Fixent les montants des frais de voyage, des salaires et des honoraires qui ne doivent pas être supérieurs aux montants que verse le système des Nations Unies;

g) Travaillent en collaboration avec les équipes de l'UNICEF en effectuant des visites périodiques des sites d'exécution des projets et en observant les activités sur le terrain afin de rassembler l'information nécessaire à des fins de suivi et d'évaluation.

TITRE IV. MODIFICATIONS

Article 8

Le présent Accord complémentaire peut être modifié par accord des deux Parties moyennant une notification écrite.

TITRE V. DURÉE ET DÉNONCIATION

Article 9

Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur à la date de sa publication par le Gouvernement et le demeurera jusqu'au 31 décembre 2006, à moins que l'une des Parties notifie par écrit son intention de le dénoncer. Dans ce cas, la dénonciation prendra effet 90 (quatre-vingt-dix) jours à compter de la date de réception de la notification par l'autre Partie.

TITRE VI. RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Article 10

Tout différend relatif à l'application ou à l'interprétation du présent Accord complémentaire est réglé par la voie de négociations directes entre les Parties. En l'absence d'un règlement satisfaisant pour les deux Parties, celles-ci conviennent d'un commun accord de soumettre le différend à une procédure d'arbitrage. La décision du tribunal est finale et contraignante.

Fait à Brasilia, le 17 mars 2004, en double exemplaire en langue portugaise.

Pour le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil :

Pour le Fonds des Nations Unies pour l'Enfance (UNICEF) :

BRÉSIL

PLAN DIRECTEUR 2002-2006

"PROTECTION DES DROITS DES ENFANTS"

PRÉAMBULE

Le Gouvernement du Brésil et le Fonds des Nations Unies pour l'enfance (UNICEF), désireux de poursuivre leur partenariat en vue d'améliorer la situation des enfants et des femmes au Brésil par le renforcement de la coopération afin d'assurer à tous les enfants brésiliens la jouissance de leurs droits consacrés dans la Convention relative aux droits de l'enfant, ont négocié et adopté le présent Plan directeur. Le Plan directeur sera en vigueur du 1er janvier 2002 au 31 décembre 2006 et mis en oeuvre conformément à la répartition des responsabilités mutuelles définies par le Gouvernement et l'UNICEF dans les accords de coopération régissant les activités de l'UNICEF au Brésil.

Point 1. Cadre des relations

Les activités de l'UNICEF au Brésil sont exécutées dans le cadre de l'Accord du 28 mars 1966 entre le Fonds des Nations Unies pour l'enfance et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil, promulgué par décret No 62.125 du 6 janvier 1968. Le présent Plan directeur pour la période 2002-2006 doit être interprété et mis en oeuvre conformément au présent Accord. Les programmes, projets et activités décrits ci-dessous ont été approuvés d'un commun accord entre le Gouvernement et l'UNICEF.

Point 2. La situation des enfants et des femmes au Brésil

2.1 Historique de l'élaboration du Plan directeur

2. Les travaux préparatoires du Plan directeur ont été menés sur la base d'une étude de la situation effectuée en trois phases séquentielles et étroitement reliées qui a conduit au présent plan quinquennal. La première phase a consisté en une analyse stratégique des changements qui interviennent actuellement dans le pays - son économie, ses politiques, le processus de décentralisation, la mondialisation - et des possibilités d'un nouveau cycle de coopération. La phase suivante, en conformité avec la stratégie fondée sur le cycle de vie, a mis l'accent sur la protection des droits des enfants et des adolescents, notamment sur les violations les plus répandues de ces droits et l'identification de leurs causes et de leurs conséquences. L'analyse a eu lieu au cours d'une réunion à laquelle ont participé des fonctionnaires de l'UNICEF, des représentants des institutions des Nations Unies, des institutions gouvernementales et non gouvernementales et des experts dans les divers domaines à l'examen. Au cours de la troisième phase, les programmes et projets relatifs à une nouvelle structure programmatique ont été définis, après consultations avec les homologues gouvernementaux et non gouvernementaux pertinents, et un premier projet du Plan directeur a été élaboré.

3. Les travaux ont débuté au cours du premier trimestre de 2000, en coordination avec le PNUD, et ont porté sur l'exercice de planification, intitulé "bilan commun de pays". Comme la version préliminaire du bilan commun de pays n'a été mise à disposition qu'en décembre 2000, il n'a donc pas été possible d'inclure ses conclusions dans l'analyse de la situation effectuée par l'UNICEF. De plus, comme le Plan-cadre des Nations Unies pour

l'aide au développement, qui décrit la stratégie du système des Nations Unies concernant ses activités dans le pays, était en cours d'élaboration à ce moment-là, il n'a pas été considéré dans l'élaboration du cadre stratégique du nouveau programme de coopération.

2.2 Brésil : contexte socio-économique

4. Le Brésil est le cinquième plus grand pays du monde en superficie, couvrant pratiquement la moitié de l'Amérique du Sud. Sa population de 169,6 millions d'habitants est d'origines ethniques très diverses et, selon les données de 2000, 60 millions d'entre eux sont des enfants et des adolescents âgés de moins de 18 ans. L'économie brésilienne est la plus importante de l'Amérique latine et la neuvième plus importante économie du monde. La stabilité économique, la démocratie et les progrès techniques accomplis au cours de la dernière décennie ont entraîné des changements structurels dans les causes de la pauvreté. Dans le cadre de son programme d'ajustement macro-économique, la plus grande partie des dépenses publiques a été affectée à la réduction de la dette interne et externe. Malgré un revenu annuel par habitant de 4 420 dollars des États-Unis en 2001, les disparités socio-économiques sont énormes, et sur les 54 millions de personnes vivant dans la pauvreté 20 millions sont des enfants. En général, les pauvres sont noirs, mulâtres ou autochtones et vivent relégués dans les bidonvilles ou favelas ou en périphérie des centres urbains, ou alors ce sont des squatters sans terre vivant dans les zones rurales.

5. En 1988, la nouvelle Constitution accordait la "priorité absolue aux enfants" et jetait les bases d'une décentralisation et d'une autonomie locale plus large, notamment pour les 5 507 municipalités de la Fédération, qui se compose de 26 États et d'un district fédéral. En 1990, le Brésil a adopté le Statut de l'enfant et de l'adolescent qui s'inspirait de la Convention relative aux droits de l'enfant.

6. Au cours des années 1990, le taux de mortalité infantile est passé de 38,8 pour cent à 29,6 pour mille naissances vivantes. La couverture vaccinale a dépassé 90 pour cent sur tout le territoire national et 95 pour cent des enfants de 7 à 14 ans étaient inscrits à l'école en 1998, représentant une augmentation de 10,47 pour cent du taux d'inscription net depuis 1991. Le nombre d'enfants travailleurs âgés de 5 à 14 ans a baissé de 25 pour cent entre 1992 et 1999, passant à 2,9 millions. Des progrès rapides, accompagnés de la réduction du nombre d'enfants travailleurs, donnent à penser qu'il sera possible d'éliminer le travail des enfants au Brésil dans un avenir proche.

7. Les gains socio-économiques réalisés au Brésil au cours des récentes décennies ont créé les conditions permettant d'améliorer les niveaux de vie des segments exclus de la population mentionnés ci-dessus et de les intégrer en tant que citoyens à part entière dans la société brésilienne. Le défi qui se pose est d'identifier ceux qui sont encore exclus et de concentrer les efforts et les ressources afin de leur donner les moyens de subvenir à leurs besoins.

8. En dépit des politiques et des services conçus pour donner aux enfants un bon départ dans la vie, chaque année, près de 50 000 bébés nés au Brésil meurent durant le premier mois de leur vie. Un tiers des 2,9 millions d'enfants nés chaque année ne sont pas enregistrés, et ce, malgré les campagnes publiques et la législation prévoyant l'enregistrement des naissances gratuit. Ce chiffre a dépassé les 50 pour cent dans les régions du nord et du nord-est, qui sont les plus pauvres et les plus marginalisées du pays. Selon les statistiques officielles de 1999, moins de 9 pour cent des enfants de moins de 3 ans ont bénéficié des pro-

grammes de développement de l'enfant et 57,9 pour cent seulement des enfants entre 4 et 6 ans étaient inscrits au préscolaire.

9. Durant les années 1990, le taux d'inscription à l'école primaire a été de 95 pour cent, une réalisation importante. Néanmoins, plus d'un million d'enfants brésiliens ne sont toujours pas inscrits à l'école primaire compte tenu du travail des enfants, de l'exploitation et de la violence, des besoins particuliers et des problèmes de santé, de nutrition et autres. En outre, nombre de ceux qui sont inscrits ne vont pas à l'école pour ces mêmes raisons. Le Gouvernement et les organisations non gouvernementales prennent des mesures face à l'incidence de l'absentéisme (3,9 pour cent) et du redoublement des élèves (23,4 pour cent) en combinant la révision des programmes scolaires, la formation des enseignants, la participation communautaire dans l'administration scolaire, les activités scolaires supplémentaires, le tutorat destiné aux élèves qui ont besoin d'une aide supplémentaire et une meilleure coordination entre l'école, la famille et la communauté. Plusieurs techniques et méthodes efficaces ont été élaborées et peuvent maintenant être intégrées aux pratiques nationales en matière d'éducation.

10. Chez les adolescents âgés entre 15 et 19 ans, 41 pour cent seulement achèvent huit années d'enseignement primaire et, parmi eux, un tiers achèvent leurs études secondaires. Il s'ensuit que plus de 8 millions de jeunes Brésiliens, à moins qu'ils reçoivent un soutien immédiat, seront insuffisamment instruits et sans qualification. Si l'on aborde ce problème maintenant, ils seront mieux préparés à prendre soin d'eux-mêmes et de leur famille une fois adultes et seront plus à même de participer pleinement à la vie politique, sociale et économique du pays.

11. L'expérience a démontré que les adolescents peuvent développer un sentiment d'identité et d'indépendance s'ils participent à des activités éducatives, culturelles, sportives et communautaires dès leur plus jeune âge. Il est démontré que la participation à ces activités réduit les risques liés à l'abus de substances, aux grossesses précoces ou non désirées et à la violence liée aux bandes criminelles. Les adolescents sont particulièrement vulnérables au VIH/sida, à la grossesse précoce, à l'abus des drogues et à la violence. La violence croissante chez les garçons âgés entre 15 et 19 ans réduit de trois ans l'espérance de vie des hommes. Sur les 21 millions d'adolescents au Brésil, près de 30 000 sont détenus chaque jour et placés en institution, ce qui limite leurs possibilités de développement psychosocial et physique. En fait, les adolescents sont plus susceptibles d'être les victimes de la violence plutôt que d'en être les auteurs.

12. Le travail des enfants, la violence et l'exploitation sexuelles, la violence familiale et institutionnelle et le VIH/sida se rencontrent tout au long de la vie et affectent les enfants de la naissance à l'adolescence. Les programmes de revenu minimum pour les familles pauvres, associés à des activités extrascolaires, à la formation des enseignants et à des changements dans les attitudes sociales ont aidé à réduire l'incidence du travail des enfants et à améliorer l'accès aux écoles, ainsi que la fréquentation scolaire et les niveaux de performance.

13. Les répercussions néfastes de la violence familiale et communautaire, ainsi que de la violence et de l'exploitation sexuelles des enfants, sont de plus en plus reconnues comme des questions d'intérêt public entraînant des conséquences à court et à long terme. En plus d'encourager la population à signaler les cas de violence, des campagnes et un suivi plus

efficace donnent lieu à une action coordonnée des institutions gouvernementales et non gouvernementales et de la société civile.

14. Ces risques et bien d'autres auxquels sont confrontés les enfants et les adolescents peuvent être éliminés grâce à un système de protection des droits efficace tel que défini dans le Statut de l'enfant et de l'adolescent de 1990. Le Brésil a mis au point un modèle avancé et très novateur. La prochaine étape consiste à assurer son application pleine et entière dans toutes les municipalités du pays. Il est possible d'y parvenir en renforçant les conseils des droits de l'enfant, les conseils de tutelle et autres conseils municipaux et en veillant à ce que les ministères pertinents fournissent les soins et les services et que la population soit généralement bien informée en ce qui concerne les droits de l'enfant et sur la manière de se mobiliser en vue de garantir aux enfants la jouissance de ces droits.

15. Le Brésil a fait d'énormes progrès vers la réalisation des objectifs fixés lors du Sommet mondial pour les enfants et approuvés dans l'Accord de Santiago dans des domaines tels que la santé, la nutrition et l'éducation. À la cinquième Réunion ministérielle sur les enfants et la politique sociale dans les Amériques, qui a eu lieu à Kingston, Jamaïque, on a reconnu que le Brésil avait atteint 8 des 13 objectifs quantifiables. Des progrès ont été réalisés dans l'enseignement primaire universel, la réduction du taux de mortalité infantile et certains objectifs en matière de santé tels que la réduction de la malnutrition grave et modérée, la réduction de l'insuffisance pondérale à la naissance, l'éradication de la poliomyélite, une réduction de 95 pour cent de la mortalité due à la rougeole, un niveau élevé de couverture vaccinale contre la diphtérie, la coqueluche, la rougeole, la poliomyélite, la tuberculose et le tétanos chez les femmes en âge de procréer, une réduction de 50 pour cent de la mortalité due aux maladies diarrhéiques chez les enfants de moins de 5 ans et une réduction de 25 pour cent de l'incidence de la diarrhée.

16. Le Brésil fait état de progrès considérables et en partage les nombreux enseignements précieux. Le Gouvernement brésilien met la dernière main à son premier rapport devant être présenté au Comité des droits de l'enfant sur la mise en oeuvre de la Convention relative aux droits de l'enfant durant la période 1990-2001.

Point 3. Résultats et enseignements tirés de la coopération passée

17. Le programme de coopération de l'UNICEF au Brésil pour la période 1994-2000, intitulé "Le droit d'avoir des droits" a joué un rôle clé dans l'intégration des droits de l'enfant dans les programmes politiques nationaux en encourageant le Gouvernement à adopter cette stratégie dans la mise en oeuvre et la conduite de la politique en faveur des enfants et des adolescents. L'efficacité des stratégies de renforcement des capacités et de mobilisation sociale adoptées par l'UNICEF s'est manifestée par l'indignation du public, la promotion de nouvelles initiatives et la mobilisation de ressources permettant de s'attaquer à des problèmes spécifiques tels que la violence contre les enfants et la violence sexuelle, l'exclusion et les disparités sociales, la mortalité maternelle, l'enseignement primaire de mauvaise qualité entraînant l'absentéisme ou l'abandon scolaire chez les enfants, et le travail des enfants en tant que déni du droit à l'éducation, au développement et à un avenir.

18. La crédibilité, la transparence et l'appui institutionnel de l'UNICEF constituent les piliers nécessaires à la création et au renforcement de la coopération et des alliances. Les partenariats avec le Gouvernement aux niveaux fédéral, des États et local, les organisations non gouvernementales (ONG), le secteur privé et d'autres organisations internationales ont

participé à la consolidation et au développement de nombreux projets. Bon nombre d'entre eux ont donné naissance à des programmes de fond ou des politiques régionales et nationales. Il convient tout particulièrement de mentionner les programmes d'agents de santé communautaire et familiale, le programme de soins aux enfants, l'Association des responsables de l'éducation au niveau municipal, les centres d'appui à la petite entreprise dans les États de Pernambuco et Sergipe, l'Agence nationale des droits de l'enfant, le Mouvement en faveur du droit à l'éducation dans l'État du Rio Grande do Sul, le Pacte relatif à l'éducation à Minas Gerais et le Centre pour la défense des droits des enfants et des adolescents à Bahia abordant, entre autres, des questions relatives à l'impunité.

19. La stratégie fondée sur les droits de l'enfant s'est révélée beaucoup plus prometteuse en termes de mobilisation de la société et de garantie des avantages sociaux en faveur des enfants que l'ancienne stratégie portant sur la question des enfants se trouvant dans une situation particulièrement difficile. Ce nouveau paradigme est repris dans le Statut de l'enfant et de l'adolescent. La tâche consiste maintenant à intégrer et institutionnaliser cette stratégie. Les conseils de tutelle et les conseils de protection des droits des enfants et des adolescents, le pouvoir judiciaire, le bureau du procureur général et d'autres bureaux qui offrent une protection particulière, ainsi que les systèmes d'éducation, de santé et des services sociaux doivent maintenant évaluer l'impact de cette stratégie sur la manière dont ils travaillent et prendre les mesures nécessaires pour moderniser leurs pratiques traditionnelles sur la base de ce changement profond de paradigme. Le climat est maintenant favorable à la mobilisation nationale en faveur des droits de l'enfant en appui à ces initiatives.

20. Durant la période de 1994 à 2000, l'UNICEF a élargi sa base de coopération et renforcé ses partenariats avec les ONG et les gouvernements municipaux, le secteur privé et les parlementaires. Dans le domaine de l'éducation, s'inspirant de la Conférence mondiale sur l'éducation pour tous de 1999 et des textes issus de cette conférence, l'UNICEF a renforcé la coopération avec ses partenaires, évalué et rassemblé les expériences réussies dans l'ensemble du pays et publié de nombreux documents sur les politiques de développement de l'éducation. Au milieu des années 1990, elle a créé un partenariat avec la Banque Itaú qui s'est révélé efficace en matière d'acquisition de ressources et de mobilisation de la société et du Gouvernement afin de promouvoir un meilleur accès à une éducation de base, d'accroître le nombre d'enfants qui restent à l'école et de réduire le nombre d'échecs. Entre 1994 et 1999, le taux d'inscription scolaire est passé de 87,5 pour cent à 95,4 pour cent et le déséquilibre entre l'âge et le niveau scolaire a légèrement baissé, passant de 47 à 44 pour cent entre 1996 et 1999. L'UNICEF s'est associé aux initiatives menées aux niveaux national, des États et municipal qui ont collectivement abouti à ces résultats extraordinaires.

21. Dans le domaine de la santé, l'UNICEF a surtout concentré ses efforts sur la décentralisation du modèle de soins de santé national et sur les initiatives visant à promouvoir la santé, en appuyant des programmes tels que le programme d'agents de santé communautaire, le programme de santé familiale et le réseau "garde des enfants", lequel s'est étendu de manière significative au cours des dernières années. Le programme d'agents de santé communautaire fournit des services d'appui et d'éducation sanitaire par l'intermédiaire de son réseau de 142 000 agents sanitaires répartis dans 4 559 municipalités brésiliennes qui desservent une population de 81 millions d'habitants. Le programme de santé familiale encourage les soins de base à domicile et est constitué de 9 664 équipes réparties dans 2 968 municipalités desservant une population de 33,3 millions d'habitants. Dans le cadre du pro-

gramme de garde d'enfants, près de 150 000 bénévoles communautaires font des visites à domicile pour promouvoir les soins de santé du jeune enfant.

22. Tout au long du programme de coopération en cours, l'UNICEF a alloué une partie importante de ses ressources techniques et financières à des programmes visant à appliquer les dispositions du Statut de l'enfant et de l'adolescent. Ces programmes comprennent l'établissement de nouveaux conseils de protection des droits des enfants et des adolescents et de nouveaux conseils de tutelle et la fourniture d'une formation à leurs membres. L'UNICEF préconise également l'établissement de procédures judiciaires particulières pour les enfants et les adolescents, d'unités gouvernementales spécialisées dans les questions relatives aux enfants, de procédures de défense et de restructuration des institutions impliquées dans l'assistance aux enfants et aux adolescents vivant dans des situations sociales et personnelles particulièrement vulnérables.

23. L'UNICEF a également concentré ses efforts sur le travail des enfants et les résultats sont appréciables. Il a fourni des informations et mobilisé la société civile et le Gouvernement sur cette question et a également appuyé divers projets visant à éliminer le travail des enfants, y compris l'établissement du Forum national pour l'élimination du travail des enfants. Composé d'ONG, d'organismes gouvernementaux et d'associations professionnelles, le Forum élabore des stratégies sur la prévention et l'élimination du travail de tous les enfants dans le pays. Durant la période 1995 à 1999, 1,3 million d'enfants et d'adolescents âgés entre 5 et 16 ans ont été retirés du marché du travail. L'UNICEF a joué un rôle clé dans le lancement d'une campagne nationale, en coopération avec 40 ONG et le Gouvernement fédéral, pour souligner l'importance de l'assainissement et pour sortir 50 000 enfants des dépotoirs. À la fin de 2001, quelque 40 000 enfants ont cessé de fouiller dans les ordures et sont retournés à l'école grâce à des bourses.

24. En 1995, l'UNICEF a lancé un dialogue national sur le suivi et le contrôle participatif des dépenses sociales, notamment en ce qui concerne des programmes destinés aux enfants et aux adolescents. Il a également entrepris le suivi de l'application et de la réglementation par le Congrès et le Gouvernement de la législation régissant la mise en oeuvre du Statut. Dans le domaine de la communication, l'UNICEF a étendu de manière significative sa coopération avec l'Agence de presse pour les droits de l'enfant (ANDI) qui a joué un rôle fondamental dans la promotion d'un changement dans les attitudes chez les journalistes, en les encourageant à suivre de près et à promouvoir le respect des droits de l'enfant dans les médias au Brésil.

25. Le fait que les activités et les projets d'appui de l'UNICEF aient été dispersés un peu partout dans le pays a représenté l'un des principaux obstacles à la mise en oeuvre du programme de coopération 1994-2000. Cette fragmentation et cette dispersion ont entravé le suivi et l'évaluation efficaces des initiatives d'appui de l'UNICEF. La synergie et l'intégration entre les activités au niveau national (à Brasilia) et celles menées par les bureaux régionaux ont également été affectées, mais se sont améliorées au cours des deux dernières années.

26. Le processus d'examen à mi-parcours de 1997 a mis en lumière la nécessité d'efforts intersectoriels accrus et a mis en place une approche interdisciplinaire et participative du programme. À cette fin, les niveaux hiérarchiques dans l'administration ont été réduits par suite d'une restructuration organisationnelle. L'UNICEF a été amené à réaffecter ses

ressources vers des domaines où leur incidence serait plus importante et à renforcer ses mécanismes de suivi et d'évaluation. En outre, suite à ces recommandations, il a fallu procéder à une modification de la structure du programme, laquelle était surtout sectorielle, de façon à ce que la planification et la programmation des activités de l'UNICEF puissent s'inspirer d'une conception plus intégrale des droits des enfants et des adolescents. L'examen à mi-parcours a également indiqué qu'en fonctionnant en réseau, les cinq bureaux de l'UNICEF dans les régions les plus pauvres du Brésil avaient un avantage comparatif par rapport aux autres institutions. Les partenariats avec les institutions des Nations Unies, la Banque mondiale, l'Organisation internationale du Travail (OIT) et l'Agence internationale de développement des États-Unis (USAID) ont eu des effets de synergie positifs en termes de renforcement des institutions locales et de plaidoyer national et d'initiatives visant à promouvoir des politiques qui protègent les droits des enfants.

27. Suite à l'examen à mi-parcours, entre 1999 et 2000, les processus de planification et de gestion ont été redéfinis et modifiés de façon à mettre l'accent sur la qualité, l'introduction de méthodologies de planification participative, des mécanismes de coordination plus horizontale dont les responsabilités sont clairement définies, une meilleure définition des critères d'allocation des ressources et une définition plus claire des rôles et des fonctions des bureaux de Brasilia et de zone.

28. Le transfert du bureau central de la Division du secteur privé de São Paul à Brasilia en 1999 a facilité une meilleure intégration entre la collecte des dons volontaires et les activités de programmation. Cette proximité physique a déjà donné des résultats, le principal étant une meilleure visibilité des programmes de l'UNICEF auprès des donateurs nationaux.

29. Il a également été noté que le renouvellement et le renforcement de nouveaux partenariats et de partenariats existants étaient déterminants pour la reconnaissance des droits des enfants. À cette fin, les liens ont été renforcés avec les partenaires traditionnels dans les ministères de la santé et de l'éducation, les directeurs municipaux de la santé et de l'éducation, les journalistes et les pédiatres pour promouvoir la survie et le développement de l'enfant au Brésil. En même temps, de nouveaux partenariats ont été établis avec le Bureau de Secrétaire d'État pour les droits de l'homme du Ministère de la Justice, le Bureau du Secrétaire d'État pour l'assistance sociale du Ministère du bien-être social et le Bureau du contrôle du Ministère du travail et de l'emploi. La coopération avec le secteur privé augmente de façon constante, non seulement parce que ce secteur représente une source de donateurs potentiels, mais également dans le but de l'encourager à devenir socialement plus responsable.

30. La relation avec les médias joue un rôle capital en ce sens qu'elle permet de garder les questions des droits des enfants à l'ordre du jour des politiques gouvernementales. Au cours de la dernière décennie, la qualité de la couverture des sujets dans les médias en rapport avec le respect et la violation des droits des enfants et des adolescents s'est nettement améliorée. Cela est dû en partie à l'appui décisif de l'UNICEF au renforcement de l'Agence de presse pour les droits de l'enfant et à l'augmentation rapide de l'accès aux ordinateurs et à l'Internet, obligeant ainsi l'UNICEF à procéder à des mises à jour fréquentes de ses technologies de l'information et des communications.

31. Toutes ces initiatives ont eu un effet positif sur l'augmentation continue de la collecte de fonds au Brésil, notamment grâce à la vente des cartes de l'UNICEF et autres arti-

cles. Entre 1995 et 2002, la présentation annuelle "Criança Esperança" diffusée en direct sur le réseau "Globo", a rapporté 28,2 millions de dollars des États-Unis, tandis que la vente d'autres articles a généré des recettes brutes de 46,6 millions de dollars des États-Unis entre 1990 et 2001. Les publipostages directs ont rapporté 14,3 millions de dollars des États-Unis entre 1993 et 2001. Les campagnes de collecte de fonds conjointement avec le secteur privé ont commencé à porter fruits en 1995, rapportant 11,5 millions de dollars des États-Unis durant la période 1995-2000. La reconnaissance des travaux réalisés par l'UNICEF, comme l'a manifesté le public brésilien par la collecte de fonds, a accru la demande en faveur d'un meilleur choix de programmes et de projets et de mécanismes plus efficaces de supervision, de suivi et d'évaluation des résultats des initiatives d'appui de l'UNICEF.

Point 4. Relations du Programme de coopération 2002-2006 entre les priorités nationales et celles de l'UNICEF

32. Conformément à l'objectif général visant à appuyer le pays en matière de promotion, de protection et de garantie égale et universelle des droits des enfants et des adolescents, le Programme de coopération 2002-2006 élaborera des stratégies en vue de réaliser des progrès dans la mise en oeuvre des buts et principes du Statut de l'enfant et de l'adolescent et de la Convention relative aux droits de l'enfant. Le programme proposé tient compte de l'action en faveur d'une plus grande décentralisation et de l'établissement de mécanismes sociaux de contrôle prévus dans les constitutions brésiliennes ainsi que dans les politiques sectorielles courantes.

33. Sachant que des élections générales se tiendront en octobre 2002, l'UNICEF se prépare à négocier sans réserve avec le Gouvernement élu dans le cadre de son programme de coopération. L'UNICEF facilitera ce processus en assurant la transition entre les programmes et les initiatives efficaces en cours et les buts et intentions du nouveau Gouvernement du pays afin de mettre en relief les enseignements tirés et les méthodologies susceptibles d'appuyer la mise en oeuvre du Statut de l'enfant et de l'adolescent.

34. Le Programme de coopération contribue, conformément à ses buts et objectifs, à la réalisation du Plan d'action pluriannuelle élaboré par le Gouvernement pour les cinq prochaines années afin de réduire les disparités et la pauvreté qui affectent de larges segments de la population brésilienne. L'UNICEF fournira donc un appui particulier aux politiques gouvernementales tendant à lutter contre la pauvreté, notamment l'opération du Fonds pour combattre et éliminer la pauvreté, créé en 2000 pour une durée de 10 ans et disposant de plus de 2,2 milliards de dollars des États-Unis en ressources. Ces ressources seront allouées aux programmes d'alimentation complémentaire, de logement, d'éducation et de santé afin d'augmenter le revenu des ménages, et à d'autres programmes sociaux importants visant à améliorer la qualité de vie.

35. De plus, le Programme repose toujours sur la coopération avec les institutions du système des Nations Unies dans le contexte du bilan commun de pays et le Plan-cadre des Nations Unies pour l'aide au développement et sur la nécessité d'intégrer les approches en matière de développement humain et de droits de l'homme. Dans cette optique, l'UNICEF a mis au point et diffusé l'indicateur du développement du jeune enfant qui vient compléter l'indicateur du développement humain. Il demeure convaincu que la phase de 0 à 6 ans dans la vie d'un enfant est cruciale à la réalisation de son plein développement humain compte tenu du fait que les besoins et les droits essentiels et différenciés du développement de l'en-

fant déterminent les phases subséquentes de la vie et du développement de l'individu (source : La situation des enfants dans le monde 2001, Brésil).

36. L'UNICEF continuera d'harmoniser ses activités avec les programmes sociaux exécutés par les divers ministères dans les domaines du développement de l'enfant, de l'éducation et de la formation des dirigeants et des administrateurs locaux.

37. La priorité de l'UNICEF est d'assurer l'engagement et la participation du Gouvernement brésilien (aux niveaux fédéral, des États et municipal) et des institutions non gouvernementales, des organisations de la société civile, des groupes de jeunes et le secteur privé à la session extraordinaire des Nations Unies sur les enfants et le Mouvement mondial pour l'enfance. Cette participation revêt une importance primordiale car elle assure la conformité et la mise en oeuvre efficace au cours des 10 prochaines années des objectifs et des engagements qui seront définis à la session extraordinaire de mai 2002 par les chefs de gouvernement et les organisations de la société civile à laquelle les enfants participent - la plupart d'entre eux étant conformes aux objectifs du nouveau Programme de coopération.

Point 5. Objectifs et stratégies du programme de coopération

38. Le Programme de coopération 2002-2006 vise à appuyer les initiatives nationales qui garantissent aux enfants et aux adolescents la jouissance pleine et entière de leurs droits. Cet engagement nécessitera une réduction effective de la répartition inégale du revenu et des inégalités dans l'allocation et l'appropriation des ressources publiques qui conduisent à la pauvreté et à l'exclusion sociale de larges secteurs de la population. Les enfants et les femmes sont les plus touchés par ces phénomènes, entraînant des disparités et des inégalités dans l'accès aux services axés sur le développement de l'enfant et l'éducation, une mauvaise qualité de l'éducation de base, un accès limité des adolescents à de bonnes écoles secondaires et leur faible taux d'inscription (le taux d'inscription net au niveau secondaire au Brésil était de 32,6 pour cent en 1999). La situation est aggravée par l'absence de services de soins de santé complets pour les mères et les enfants. En effet, en 2000, 46 pour cent seulement des femmes enceintes ont bénéficié de soins prénataux comportant plus de six visites. De plus, on constate des lacunes dans le système qui garantit la protection des droits des enfants et des adolescents et dans la mise en oeuvre de mesures socio-éducatives et conservatoires.

39. Les inégalités dans l'éducation au Brésil figurent dans les données du recensement de 2000 de l'Institut brésilien de géographie et de statistique (IBGE). Au Brésil, un enfant pauvre (7 à 14 ans) est huit fois plus susceptible de ne pas fréquenter l'école qu'un enfant riche. Chez les adolescents (12 à 17), les pauvres risquent 21 fois plus d'être analphabètes que les riches. Une petite fille née d'une mère sous-scolarisée est 11 fois plus susceptible d'abandonner l'école qu'une petite fille dont la mère est très scolarisée. Les adolescents dont les mères ont quitté l'école tôt risquent 23 fois plus d'être analphabètes que les fils de mères dont le niveau d'instruction est élevé. Il existe également des inégalités fondées sur la race ou le groupe ethnique et d'autres lacunes dans le système. Par exemple, les enfants au teint foncé sont deux fois plus susceptibles de quitter l'école que les enfants blancs et les adolescents au teint foncé risquent trois fois plus d'être analphabètes que les adolescents blancs. Les enfants ayant des carences nutritionnelles sont deux fois plus susceptibles de quitter l'école que les enfants bien nourris et les adolescents mal nourris sont trois fois plus susceptibles d'être analphabètes que ceux qui n'ont pas de carences. En ce qui concerne le lieu de rési-

dence, les enfants des zones rurales sont trois fois moins susceptibles de fréquenter l'école que les enfants des zones urbaines. Un adolescent en zone rurale est quatre fois plus susceptible d'être analphabète qu'un adolescent en zone urbaine. Une analyse par sexe révèle qu'un adolescent est deux fois plus susceptible d'être analphabète qu'une adolescente.

40. Dans ce contexte, l'objectif principal du Programme vise à appuyer le pays dans la promotion, la protection et la garantie égale et universelle des droits des enfants et des adolescents, tel qu'énoncé dans le Statut de l'enfant et de l'adolescent et la Convention relative aux droits de l'enfant. À cette fin, le Programme 1994-2000 a jeté les bases de lignes directrices importantes en vue de la consolidation et de la conception d'un programme axé sur les droits. Cette stratégie, qui intègre les activités réussies du cycle précédent ainsi que les nouvelles possibilités identifiées dans l'analyse de la situation, repose sur l'appui aux processus et politiques publics de portée universelle et met l'accent sur le droit des usagers à des services adéquats, notamment des groupes les plus désavantagés.

41. En partant de la stratégie fondée sur le cycle de vie de l'enfant, cinq sous-programmes multisectoriels pour la mise en oeuvre de ces stratégies ont été intégrés au Programme de coopération : "Développement de l'enfant", "Intégration par l'éducation", "Adolescents citoyens à part entière", "Garantie des droits et protection" et "Suivi et communication en matière de droits de l'enfant". Les deux derniers sous-programmes viennent compléter les autres éléments du programme au moyen d'activités synergiques et supplémentaires.

42. Les objectifs et les stratégies formulés dans chaque programme sont régis par les principes d'inclusion, d'universalité, de non-discrimination, de participation et de l'intérêt supérieur de l'enfant dans le contexte d'une approche intersectorielle. L'intérêt supérieur de l'enfant signifie que l'UNICEF continuera de placer les enfants et les adolescents au centre de son ordre du jour national et s'efforcera d'assurer la pleine reconnaissance des droits des garçons et des filles dans les politiques. Le statut de l'enfant et de l'adolescent, la Convention relative aux droits de l'enfant et les lois sectorielles qui façonnent la politique publique constitueront le cadre pour la mobilisation, le plaidoyer et la stratégie de mise en place d'institutions que l'UNICEF s'emploiera à mettre au point en partenariat avec le Gouvernement, la société civile et le secteur privé.

43. Dans le domaine macrosocial, le programme cherche à réduire les disparités grâce à des stratégies visant à promouvoir une répartition plus équitable des dépenses sociales et de l'investissement destinés aux enfants. Il convient de signaler en particulier les stratégies en matière de plaidoyer, de mobilisation, d'assistance technique et de suivi participatif de la politique budgétaire de programmes de réduction de la pauvreté et de politiques en matière d'éducation, de santé, de justice et de bien-être social.

44. La valeur globale des activités de l'UNICEF à tous les niveaux administratifs (fédéral, des États et municipal), dans tous les secteurs et avec la participation d'une large gamme d'acteurs à la formulation et à la mise en oeuvre des politiques envers les enfants sera maintenue et renforcée. L'UNICEF maintiendra et intensifiera également sa capacité d'entreprendre des études, des recherches et des évaluations, nécessaires à la conception de stratégies et à l'appui des prises de décisions, en plus de poursuivre son appui à la production et à la diffusion d'informations et d'indicateurs sociaux sur les enfants et les adolescents.

Point 6. Objectifs et description du Programme

45. Les objectifs du Programme donnent la priorité au cycle de vie des enfants et des adolescents en intégrant certains aspects qui persistent tout au long du cycle et qui sont d'une importance vitale pour la jouissance de leurs droits. Il y a donc lieu d'espérer que les activités de l'UNICEF contribueront à : i) renforcer les familles pour leur permettre d'améliorer la survie, le développement et la protection des enfants de la grossesse jusqu'à 6 ans, avec l'appui d'agents sanitaires communautaires, de bénévoles, de garderies d'enfants et autres activités éducatives destinées aux enfants en bas âge et aux enfants d'âge préscolaire; ii) améliorer l'accès à une éducation de base de qualité aux enfants de 7 à 14 ans et éliminer les pratiques d'exclusion dans les écoles, tout en faisant la promotion des soins de santé complets et des possibilités de participation, d'information, de culture, de sports et de loisirs dans les écoles et autres lieux d'apprentissage, et en appuyant la participation des familles et des communautés dans l'éducation de leurs enfants par le renforcement des conseils scolaires, des programmes et des projets scolaires afin d'assurer à tous les enfants un milieu d'apprentissage approprié; iii) améliorer l'accès à des écoles secondaires et à des soins de santé complets de qualité et offrir des possibilités de participation, de formation professionnelle, de culture, de sports et de loisirs aux adolescents; iv) assurer le fonctionnement efficace du système de protection des droits et l'élaboration de politiques en matière de protection des enfants et des adolescents dont les droits sont menacés ou bafoués, en garantissant leur protection dans le cadre de politiques de base universelles sans discrimination, en mettant l'accent sur la justice et l'accès à la justice.

46. Pour compléter et appuyer la réalisation des objectifs susmentionnés, des activités liées à la planification, au suivi et à l'évaluation du Programme de coopération et à l'évaluation des politiques et initiatives de l'UNICEF seront mises au point. Les activités qui font partie de la stratégie de communication seront également intégrées afin de faire connaître les activités de l'UNICEF et leurs résultats et de renforcer la capacité des médias à promouvoir les droits des enfants et des adolescents dans diverses sphères de la société brésilienne.

47. Une analyse des programmes par projet, stratégie, zone géographique, public cible et partenariat destinés à la réalisation des objectifs des programmes figure à l'annexe I qui contient le programme d'action opérationnel pour la période 2002-2006.

Point 7. Budget du Programme de coopération

48. Le Conseil d'administration de l'UNICEF a approuvé un budget de 90 millions de dollars des États-Unis pour la période 2002-2006. Environ 5 pour cent de ce montant proviendra des ressources ordinaires du siège de l'UNICEF, sous réserve de la disponibilité des fonds. Le reste représente le montant maximum que le Brésil ou un comité national est en droit de recevoir.

PROGRAMME DE COOPÉRATION - BRÉSIL - 2001-2006						
	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Développement de l'enfant	2 052 000	2 736 000	4 104 000	2 736 000	2 052 000	13 680 000
(15.2 %)						
Intégration par l'éducation	2 793 600	3 492 000	4 539 600	3 317 400	3 317 400	17 460 000
(19.4 %)						
Adolescents citoyens à part entière	1 698 750	2 242 350	3 941 100	4 416 750	1 291 050	13 590 000
(15.1 %)						
Système de protection des droits	2 421 000	4 842 000	7 263 000	6 052 500	3 631 500	24 210 000
(26.9 %)						
Suivi et communication en matière de droits de l'enfant	356 400	616 000	913 000	653 400	431 200	2 970 000
(3.3%)						
Frais de personnel	3 618 000	3 618 000	3 618 000	3 618 000	3 618 000	18 090 000
(20.1 %)						
Total	12 939 750	17 546 350	24 378 700	20 794 050	14 341 150	90 000 000

Point 8. Gestion du Programme de coopération

49. L'équipe de gestion de pays dirigée par le représentant de l'UNICEF au Brésil sera responsable de la gestion du Programme de coopération. Elle se compose des coordonnateurs des six bureaux de zone dont les programmes sont en cours, le coordonnateur du programme national, les fonctionnaires chargés des opérations, le directeur de la mobilisation des ressources et un représentant de l'association du personnel.

50. Pour s'assurer que les ressources de l'UNICEF sont utilisées à la réalisation des objectifs définis dans le présent Programme de coopération, des plans d'action annuels seront élaborés dans le cadre d'un processus participatif impliquant des partenaires stratégiques.

Durant ce processus, les chefs des bureaux de zone et du bureau de Brasilia analyseront et redéfiniront conjointement les objectifs du projet proposé par les partenaires, les résultats attendus et les ressources nécessaires. La durabilité des mesures proposées sera assurée grâce à une analyse approfondie de la capacité institutionnelle effectuée par des organisations proposant ces mesures, sur la base d'expériences de coopération antérieures avec l'UNICEF.

51. Les projets et les partenariats choisis, ainsi que les ressources à allouer, seront inclus dans les plans d'action de chaque bureau pour examen et analyse ultérieurs par les correspondants du programme avant d'être présentés pour analyse et approbation par l'équipe de gestion de pays.

52. Les plans d'action annuels deviendront opérationnels dès que les fonds seront mis à disposition, conformément aux modalités de coopération convenues entre l'UNICEF et les institutions partenaires pour la mise en oeuvre de projets élaborés conjointement.

53. Une part importante des fonds nécessaires à la mise en oeuvre des projets appuyés par l'UNICEF proviendra du secteur privé et de dons de la société brésilienne. Deux bureaux seront responsables de la coordination et des campagnes de sensibilisation et de mobilisation sociale, de la vente d'articles (cartes de vœux et cadeaux), des campagnes par publipostage direct, par téléphone et Internet.

54. L'équipe de gestion de pays se réunira au moins deux fois l'an pour analyser la mise en oeuvre du Programme, les progrès accomplis et les difficultés rencontrées, ainsi que pour évaluer l'application pratique des plans d'action proposés pour les deux années suivantes et la nécessité d'ajuster les stratégies définies.

55. Afin de surveiller l'application adéquate des ressources, l'équipe de gestion de pays est appuyée par le Bureau de vérification interne des comptes, nommé par le Directeur général de l'UNICEF et par un comité des commissaires aux comptes nommé par l'Assemblée générale, seul organe autorisé à effectuer des vérifications externes périodiques des comptes de l'organisation. Le Directeur général de l'UNICEF, qui est également le chef du Comité de vérification des comptes, sera prié de faire suite aux commentaires et recommandations contenus dans les rapports du Comité des commissaires aux comptes de l'ONU. Le Bureau de la vérification interne des comptes sera responsable de l'examen de l'évaluation et des mécanismes de contrôle internes utilisés pour surveiller la performance du bureau, de l'identification des obstacles potentiels à la réalisation des objectifs du programme et de la recommandation de mesures à prendre. Le Comité de vérification des comptes sera chargé de la planification des vérifications internes et des enquêtes et du suivi des progrès dans la mise en oeuvre des recommandations des vérifications internes et externes des comptes.

Point 9. Coordination avec les autres partenaires

56. Le Programme de coopération sera mis en oeuvre avec la participation d'une large gamme de partenaires gouvernementaux et non gouvernementaux dont plusieurs seront nouveaux selon les projets de programmes. Dans le cadre des projets de programmes, les travaux s'effectueront de préférence avec les Ministères de la santé, de l'éducation, de la Justice, du bien-être social, du travail et de la main-d'oeuvre, ainsi qu'avec l'Institut brésilien de géographie et de statistique et certains gouvernements d'État et municipaux. Il y aura

collaboration avec des organisations non gouvernementales qui ont une expertise établie dans les domaines thématiques du programme.

57. Le Programme coopérera étroitement avec les institutions du système des Nations Unies dans le cadre du Plan-cadre des Nations Unies pour l'aide au développement. La coordination en cours dans le cadre de tous les éléments du programme de coopération sera renforcée dans ce nouveau cycle.

Point 10. Suivi et évaluation

58. L'annexe 1 contient le Plan directeur du programme et le Plan intégré de suivi, d'évaluation et de recherche pour la période quinquennale au cours de laquelle le Programme de coopération sera mis en oeuvre. Les indicateurs d'activités et de résultats et leurs moyens de vérification ont été définis durant la phase préparatoire. Ils serviront à surveiller et interpréter les changements intervenus dans les objectifs du Programme de coopération. En général, les indicateurs suivent l'évolution des diverses phases du cycle de vie des enfants et des adolescents. Le Plan directeur du Programme contient une ventilation des activités de programme. Les principales études et évaluations devant être entreprises au cours de la période sont identifiées dans chaque sous-programme.

59. Le suivi de la première phase du cycle de vie de l'enfant s'effectuera à l'aide d'indicateurs des besoins et du développement des enfants dans leur première phase de vie. De même, le suivi du développement des adolescents (12 à 18 ans) se fera à l'aide d'indicateurs de la situation de ce segment de la population et des disparités dans leurs conditions de vie et l'accès aux services.

60. Un nouvel aspect dans le suivi des perceptions des adolescents et des attitudes face à leurs droits ("La voix des adolescents") sera introduit dans le Programme de coopération en tant qu'outil de renforcement de la mobilisation et de la participation de ce groupe dans la recherche de solutions aux problèmes qui affectent la jouissance de leurs droits. Une attention particulière devrait être accordée au suivi de la mise en oeuvre des objectifs et des engagements de la session extraordinaire et du Mouvement mondial pour l'enfance, en procédant aux adaptations et aux ajouts nécessaires compte tenu de la situation spécifique du pays, principalement dans le contexte de la mise en oeuvre du statut de l'enfant et de l'adolescent. Le projet de recherche sur la démographie et la santé familiale devant être mené en 2001 par le Ministère de la santé avec l'appui de diverses institutions, notamment l'UNICEF, est un élément fondamental dans le suivi des objectifs nouvellement établis. Un projet de recherche semblable est prévu pour 2006. Des rapports provenant des ministères sectoriels et les dispositifs nationaux d'enquête sur les ménages de l'Institut brésilien de géographie et de statistique seront des composantes essentielles de ce suivi.

61. Le suivi participatif des dépenses sociales et des investissements en faveur des enfants et des adolescents, y compris l'Initiative 20/20, visera à assurer l'équité et la participation de la société civile organisée dans le contrôle social des dépenses publiques municipales.

62. Des évaluations et des études seront entreprises sur la violence familiale et sexuelle, l'Initiative des hôpitaux amis des bébés, le développement de l'enfant et les maladies transmissibles sexuellement (MTS)/sida dans le cadre du Plan directeur du Programme et du Programme intégré de suivi, d'évaluation et de recherche. Des examens et un suivi annuels des divers éléments, projets et sous-projets seront effectués avec la participation des

principaux homologues et partenaires nationaux et régionaux, à l'aide d'indicateurs disponibles ou mis au point spécialement à cet effet. Des visites périodiques des projets et programmes sont effectuées par l'Agence de coopération brésilienne et la pratique devrait être suivie par d'autres institutions gouvernementales concernées par les activités et programmes appuyés par l'UNICEF.

63. Outre les examens annuels du Programme de coopération effectués conjointement avec les homologues et partenaires concernés, un examen à mi-parcours sera effectué entre mai et octobre 2004 pour évaluer les résultats obtenus et prendre les mesures correctives en cours d'exécution à la lumière des changements intervenus dans le pays.

Point 11. Engagements de l'UNICEF

64. Le Conseil d'administration de l'UNICEF a approuvé un engagement de dépenses pour un montant maximum de 3 750 000 millions de dollars des États-Unis au titre du budget ordinaire de l'UNICEF, sous réserve de la disponibilité des fonds, en appui aux activités présentées dans le Plan directeur pour la période commençant le 1^{er} janvier 2002 et se terminant le 31 décembre 2006.

65. Le Conseil d'administration de l'UNICEF a également autorisé le Fonds à rechercher un financement additionnel en appui à la mise en oeuvre des programmes présentés dans le Plan directeur, ci-après dénommé "autres fonds", d'un montant équivalent à 86 250 000 dollars des États-Unis. Ces fonds seront assurés à mesure que les donateurs prendront connaissance des projets proposés et manifesteront leur intérêt. À cette fin, l'UNICEF espère obtenir l'appui de la communauté des donateurs aux niveaux local et international;

66. Les engagements et les propositions de ressources susmentionnés sont sans préjudice des sommes reçues en réponse à un appel d'urgence du Gouvernement ou du système des Nations Unies en réponse à un appel du Gouvernement.

67. L'appui de l'UNICEF au développement et à la mise en oeuvre d'activités dans le cadre du Plan directeur du Programme peut comprendre des contributions techniques ou financières, des fournitures et du matériel, des services de transport, des fonds destinés à des activités de plaidoyer, de recherche et d'étude, des services de conseil, l'élaboration, le suivi et l'évaluation de programmes, des activités de formation et des équipes d'appui. Une partie de l'appui fourni par l'UNICEF peut être accordée à des organisations non gouvernementales et de la société civile comme le prévoient les programmes individuels.

68. L'UNICEF nomme des administrateurs de projet et des consultants chargés de l'élaboration et de l'administration du programme et des activités de suivi et d'évaluation;

69. Comme ces activités font l'objet d'examens annuels et des progrès réalisés dans la mise en oeuvre du programme, les fonds de l'UNICEF sont décaissés conformément au calendrier annuel du Plan directeur du Programme. Ces budgets sont révisés et présentés plus en détail dans le Plan d'action du projet.

70. L'UNICEF consulte les ministères nationaux et les institutions bénéficiaires lorsqu'il s'agit de demandes ponctuelles de fonds, de fournitures et de matériel ou autres services. L'UNICEF informe les fonctionnaires concernés de l'achat de biens et d'intrants afin de faciliter leur mise en vente, leur stockage et leur distribution.

71. L'UNICEF se réserve le droit de reprendre tous biens et avoirs qui ne sont pas utilisés aux fins spécifiques mentionnées dans le présent Plan directeur et dans le Plan d'action des projets annuels.

Point 12. Les ressources de contrepartie du Gouvernement et des institutions bénéficiaires

72. Les institutions bénéficiant des ressources fournies par l'UNICEF devront préciser, dans leurs modalités de coopération et documents de projet respectifs, les ressources de contrepartie nécessaires à la mise en oeuvre des activités de coopération, que ce soit sous forme de personnel, de ressources, d'installations ou de fournitures.

73. Le Gouvernement appuiera les initiatives de l'UNICEF visant à : i) recueillir des fonds pour répondre aux besoins du programme de coopération; ii) mobiliser les gouvernements donateurs potentiels pour fournir les fonds nécessaires à la mise en oeuvre des éléments qui ne sont pas financés dans le cadre du programme; iii) recueillir des fonds pour le programme auprès du secteur privé, tant au Brésil qu'au niveau international; et iv) mobiliser des contributions provenant d'individus, de sociétés et de fondations au Brésil en appui au programme en faveur des enfants dans le cadre de la législation nationale applicable.

74. Les institutions bénéficiaires nationales sont priées de désigner les noms, les titres et les renseignements comptables des bénéficiaires des fonds alloués par l'UNICEF. Les personnes responsables utiliseront les ressources fournies par l'UNICEF conformément à la législation nationale, le cas échéant, et selon les normes et procédures de l'UNICEF, en veillant notamment à ce que les décaissements soient effectués selon les budgets approuvés antérieurement et que les rapports comptables et techniques soient présentés à l'UNICEF dans les trois mois suivant la réception des ressources. Toute ressource financière non utilisée ou qui ne peut être utilisée conformément au plan original est retournée à l'UNICEF. Le montant des frais de voyage, des salaires et des honoraires est basé sur le montant fixé par le gouvernement mais ne peut excéder celui en vigueur dans le système des Nations Unies.

75. Les institutions bénéficiaires coopèrent avec les équipes de l'UNICEF qui effectuent des visites périodiques des sites de projet et observent les activités du programme afin d'évaluer les progrès et de rassembler l'information aux fins d'élaboration de programme ou de projet et de suivi et d'évaluation.

76. En effectuant des examens périodiques du programme et en organisant des réunions de planification, y compris des examens annuels, des réunions de planification annuelles et l'examen à mi-parcours, le Gouvernement encourage et facilite la participation, de la manière la plus appropriée, des donateurs, des institutions des Nations Unies, des membres du Conseil d'administration de l'UNICEF et des organisations non gouvernementales ou de la société civile.

77. Les résultats du Programme de coopération et les enseignements tirés sont diffusés dans tous les médias nationaux et internationaux.

Point 13. Dispositions finales

78. Le présent Plan directeur remplace tout autre plan directeur adopté antérieurement et devient effectif à la signature de l'instrument de coopération approprié entre le Gouver-

nement brésilien et l'UNICEF. Il est entendu que le Plan directeur s'étend aux activités de programme qui seront mises en oeuvre entre le 1er janvier 2002 et le 31 décembre 2006.

79. Le Plan directeur et le Plan directeur du Programme pourront être modifiés moyennant un accord entre le Gouvernement du Brésil et l'UNICEF, sur la base des examens annuels, de l'examen à mi-parcours ou de situations jugées appropriées par le Gouvernement brésilien et l'UNICEF.